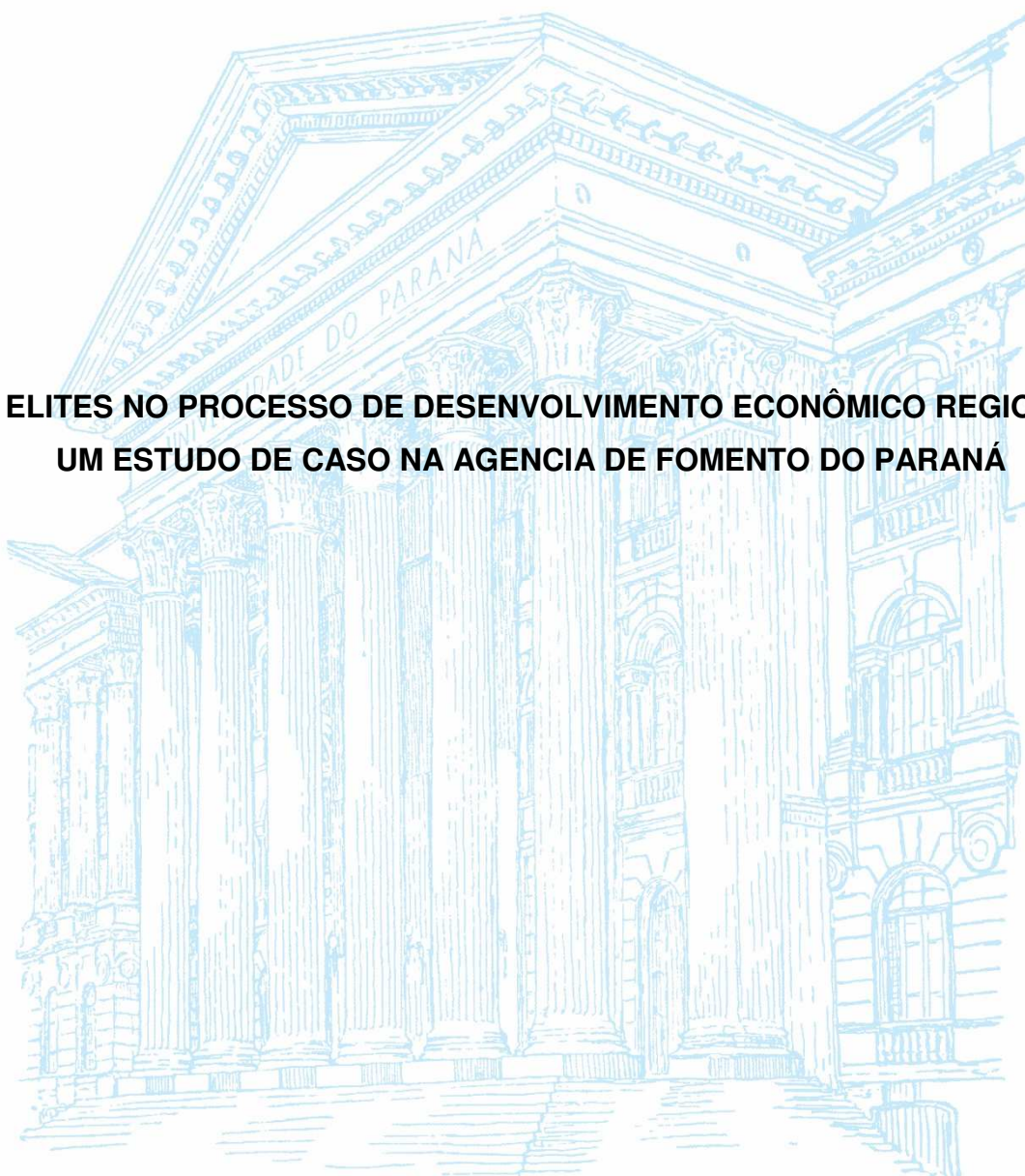


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

JORGE LUIS FERREIRA

**AS ELITES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL:
UM ESTUDO DE CASO NA AGENCIA DE FOMENTO DO PARANÁ**



CURITIBA

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

JORGE LUIS FERREIRA

**AS ELITES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA AGENCIA DE FOMENTO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Ciências Econômicas do setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Ribas Cavaliere

CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Ferreira, Jorge Luis

As elites no processo de desenvolvimento econômico regional: um estudo de caso na Agência de Fomento do Paraná / Jorge Luis Ferreira. – 2017.
83 f.

Orientador: Marco Antônio Ribas Cavalieri.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.

Defesa: Curitiba, 2017.

1. Desenvolvimento regional – Paraná. 2. Agências de fomento – Paraná. 3. Capital de giro. 4 Financiamento. I. Cavalieri, Marco Antônio Ribas, 1977- II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. III. Título.

CDD 338.098162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Código CAPES: 40001016051P7


TERMO DE APROVAÇÃO

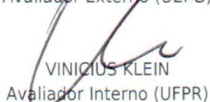
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JORGE LUIZ FERREIRA**, intitulada: "**As elites no processo de Desenvolvimento Econômico Regional: Um estudo de caso na Agência de Fomento do Paraná**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 12 de Agosto de 2017.


MARCO ANTONIO RIBÁS CAVALIERE
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


KARLO MARQUES JUNIOR
Avaliador Externo (UEPG)


VINICIUS KLEIN
Avaliador Interno (UFPR)

AGRADECIMENTOS

Tenho plena convicção de que sou um privilegiado em pertencer a uma pequena parte da sociedade brasileira que ingressa em uma pós-graduação. Se por um lado me sinto bem-aventurado em chegar ao final deste mestrado com a possibilidade de registrar em minha carreira acadêmica a passagem pela Universidade Federal do Paraná, por outro lado me sinto pesaroso em saber que a grande parcela dessa sociedade não possui acesso ao ensino superior, essencial para o desenvolvimento de qualquer país.

Início meus agradecimentos à Universidade Federal do Paraná, lugar onde as ideias contrárias são intensamente discutidas, mas são principalmente respeitadas. Lá encontrei professores apaixonados pela profissão e colaboradores sempre dispostos a auxiliar da melhor maneira possível os alunos. De maneira especial, agradeço ao meu orientador o Professor Dr. Marco Antônio Ribas Cavalieri. Lógico que a orientação foi de extrema importância para a evolução do trabalho, entretanto há um fato que considero de maior relevância a se agradecer: trata-se da paixão que este professor possui pela UFPR e pela carreira de docente. É certo que esse amor reflete em seus alunos e os incentiva a buscarem o conhecimento e fazer melhor as coisas cada vez mais.

Agradeço ao Coordenador do Programa de Mestrado Profissional, Professor Dr. José Guilherme Silva Vieira, principalmente pela paciência e a dedicação na proposta de fazer o programa crescer cada vez mais.

Agradeço ao meu grande amigo e colega de profissão Roberto Carlos Evencio de Oliveira da Silva, economista do IPARDES e editor chefe da Revista da instituição, principalmente pelas conversas e sugestões no trabalho.

Registro também minha gratidão à Pontifícia Universidade Católica do Paraná que, através do projeto Alumni, permitindo que eu usasse as dependências da universidade por diversos finais de semana.

Agradeço à minha futura esposa, minha amada Alana Cristine Pellanda. Pela paciência e incentivo em concluir este trabalho. Juntamente, pelos diversos finais de semana dos quais fomos juntos estudar.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus pais, pessoas simples que não tiveram a oportunidade de estudar, mas que tiveram consciência da importância que

a educação na vida de uma pessoa, e me incentivaram desde pequeno a avançar e querer sempre mais.

“O Brasil é um país com tanta riqueza, tanta terra e tem esse mundo de gente abandonada, pedindo esmola na rua. Como explicar isso? Isso não é economia, isso aí tem a ver com a história. Quer dizer, o debate não alcança os pontos essenciais. Porque a sociedade não está preparada para esse debate. [...] E agora? Aonde vamos com tudo isso? ”

(Celso Furtado)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é avaliar quais atores pertencem ao círculo decisório da Agência de Fomento do Paraná. A proposta tem como base dois princípios: O primeiro diz respeito à teoria do desenvolvimento regional apresentado por Sergio Boisier em diversos trabalhos. A teoria conhecida como o Hexágono do desenvolvimento regional o autor pretende abrir a caixa preta do processo e elenca seis elementos que compõem um projeto de desenvolvimento. Este trabalho destaca o elemento “Ator” para a análise sendo estes o sujeito ativo do projeto de desenvolvimento regional. O segundo princípio é a teoria das Elites desenvolvida por Charles Wright Mills. No trabalho “A Elite do Poder” o autor remete à ideia de que há atores da sociedade pertencentes a uma elite e que detêm o poder de comando e de influência nesta sociedade. Desta forma, as determinações de quais atores pertencem à elite da Agência de Fomento do Paraná remete a capacidade destes de deter o poder decisório dos projetos de desenvolvimento regional promovidos pela instituição. A metodologia utilizada é a Análise de Redes sociais sendo que o resultado aponta para uma rede que se identifica com uma linha ideológico-partidária que extrapola a questão da política de coalisão, onde cargos administrativos são distribuídos aos indivíduos que auxiliaram na campanha, passando a possuir pares que se identificam com a ideologia partidária também em entidades de representação de classe, fazendo com que se questione a função real dos projetos existentes e como se comporta o movimento em torno da Agência caso um governo de oposição vença e até que ponto este fator poderá atrapalhar o projeto de desenvolvimento regional, objeto social da Agência de Fomento do Paraná.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico Regional. Elites. Agências de Fomento.

ABSTRACT

The main objective of this research is to investigate which actors belong to decision-making power in the Paraná promotion Agency (FOMENTO PARANÁ). The proposal is based in two principles: The first one is concerned of Regional development Theory presented by Sergio Boisier. This Theory is known as Regional Development Hexagon. The author intends to open the black box process and list six elements that compose a development project. This work highlights the “actor” element to analyze considering this one as active subject of the regional development project. The second principle is based on the Elites theory presented by Charles Wright Mills. In his book titled “The Power Elites”, the author refers to an idea that there are actors in the society belonging to the Elite and that holds the decision power and capacity to influence in this society. Therefore, the determinations that the actors belongs to Fomento Paraná elite refers from their abilities to hold the decision-making power in the projects of regional development promoted by this institution. The methodology applied is the Social Network Analysis and the results obtained suggest that there is a clear identification with a political ideology, not only inside FOMENTO, but also in the representative institutions bringing a serious issue regarding the actual function of that institution in case of an opposition government win some elections and to what extend this political ideology can hindering the regional development project, social objective of FOMENTO PARANÁ.

Keywords: Regional Economic Development. Elites. Promotion Agency.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 - Total de Ativos em 2015	29
Gráfico 2 - Índice de Basiléia.....	32
Gráfico 3 - Índice do imobilizado	33
Gráfico 4 – Lucro líquido da Fomento Paraná.....	43
Gráfico 5 - Total da carteira de crédito	44
Figura 1 - Representação de um Grafo.....	54
Figura 2 - Conselho de Administração da Fomento Paraná.....	59
Figura 3 – Cargos com poder decisório	60
Figura 4 – Grafo geral da Agência de Fomento	63
Figura 5 - Distribuição das classes modulares.....	66
Figura 6 - Região central do Grafo - Relação do PSDB	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução das teorias de Desenvolvimento Regional: Temas característicos.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
Quadro 2 - Criação de Bancos Estaduais de Desenvolvimento	24
Quadro 3 -Transformações dos bancos ao longo dos anos.....	25
Quadro 4 - Bancos de Desenvolvimento existentes no Brasil (2016).....	28
Quadro 5 - Principais linhas de crédito das agências de fomento.....	38
Quadro 6 - Principais linhas de crédito das agências de fomento.....	39
Quadro 7 - Delimitação dos dados estudados.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Passivo total das principais agências de fomento do Brasil	31
Tabela 2 - Distribuição da carteira das agências de fomento – parte 1	35
Tabela 3 - Distribuição da carteira das agências de fomento – parte 2.....	36
Tabela 4 - Grau de centralidade.....	64
Tabela 5 - Grau ou valência	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A TEORIA DE SERGIO BOISIER.....	14
1.1.1. Recursos	16
1.1.2. Cultura.....	17
1.1.3. Instituições.....	17
1.1.4. Procedimentos	17
1.1.5. Entorno.....	18
1.1.6. Atores	18
1.2. A Sociedade civil no processo de Desenvolvimento	19
2. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: A FORMAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO	21
2.1. A formação das Agências de Fomento no Brasil	21
2.2. Panorama geral das Agências de Fomento.....	29
2.3. A Agência de Fomento do Paraná.....	41
3. AS ELITES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE METODÓGICA	46
3.1. Como as elites determinam desenvolvimento	46
3.2. Metodologia de estudo do poder decisório da Agência de Fomento.....	49
4. OS TOMADORES DE DECISÕES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APLICAÇÃO À AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ.....	58
4.1. Levantamento dos Atores	58
4.2. Análise de Redes Sociais (ARS).....	61
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
6. REFERENCIAS	71
ANEXOS.....	75
Anexo 1 – Tabela de Arestas do Grafo.....	75
Anexo 2 – Tabela de Nós do Grafo	77

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico tornou-se tema central do estudo econômico somente no final da segunda grande guerra, devido à necessidade de planejamento para reconstrução dos países europeus, e diante do movimento de antigas colônias que precisavam se reestruturar após a independência. Neste período também houve a consolidação dos Estados Unidos como potência econômica com seu ideal liberal. Em contrapartida, observou-se também a ascensão da União Soviética e a difusão dos ideais comunistas, tendo como principal consequência uma disputa entre superpotências.

É neste ambiente de planejamento do pós-guerra que o mundo inclina atenção para os países subdesenvolvidos. Primeiramente, com a criação da Organização das Nações Unidas em 1945 a fim de promover a integração e cooperação internacional. Dá-se uma particular atenção à criação de comissões regionais, que gerou principalmente a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) com uma proposta de estudo e reflexão sobre o desenvolvimento econômico da região.

Neste ambiente ocorre o aprofundamento do estudo do desenvolvimento como um fenômeno regional. O conceito de desenvolvimento regional é muito utilizado pelos economistas que estudam os países periféricos, principalmente os da América Latina. Neste trabalho, as ideias utilizadas para debater este tema advêm principalmente dos pensadores de origem cepalina, como o caso do economista Sergio Boisier. O economista possui diversos trabalhos voltados à compreensão de como o desenvolvimento regional se desenvolveu na América Latina, o papel do estado neste processo, o processo de substituição das importações e como isso afetou os países.

Dentro das políticas de Desenvolvimento Econômico Regional, insere-se a função do estado como agente fomentador, minimizando as desigualdades regionais através de políticas de desenvolvimento. O primeiro experimento de planejamento regional pode ser considerado com o surgimento da União Soviética, com a proposta de criar diversas usinas hidroelétricas com linhas dispostas para futuras instalações. Outro ponto foi a preocupação com a

distribuição geopolítica da população em pontos isolados como a Sibéria e Catarina Grande, com uma estratégia de defesa territorial (DINIZ 2009).

Estudos feitos para a América Latina, principalmente dos economistas de origem cepalina, procurou analisar o fenômeno do desenvolvimento regional e quais atores e elementos influenciam o desenvolvimento. A ideia surgida na década de 1980 defendia que as aglomerações regionais, clusters industriais e o embasamento econômico determinariam os ganhadores e perdedores. Entretanto, um novo estudo proposto por economistas como Sergio Boisier, propõe novos elementos no processo de desenvolvimento regional. Este estudo ficou conhecido como Hexágono do desenvolvimento Regional. Há seis elementos que pretendem abrir a caixa preta do desenvolvimento para que estes sejam analisados e que componham um projeto político. Os ditos elementos são: a) **Atores**, b) **Recursos**, c) **Cultura**, d) **Instituições**, e) **Procedimentos** e, f) **Entorno**. Obviamente, estes elementos não constituem a receita mágica para o desenvolvimento regional, entretanto, a articulação entre estes elementos podem definir o sucesso ou o fracasso do projeto político de desenvolvimento regional.

Particularmente no Brasil, o estado teve papel fundamental no processo de desenvolvimento ocorrido no período de 1930 a 1960, no qual adotou-se o processo de substituição das importações (PSI). Neste período, a principal característica era a de uma industrialização fechada, voltada para dentro, dependendo de medidas de proteção à indústria nacional. Iniciado pelo governo de Getúlio Vargas, este cenário teve seu auge nos “Anos Dourados” do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Kubitschek adotou um plano de metas no qual propunha uma série de investimentos maciços a fim de promover a montagem de uma estrutura industrial integral. Além disso, a gestão de Kubitschek apostou em investimentos estatais em infraestrutura em diversos setores, como: Comunicação (EMBRATEL), Energia Elétrica, Ferrovias e Rodovias, produção de automóveis, Educação, saúde e saneamento básico. Outro período relevante foi o do Milagre Econômico (1968-1973), o qual, sob a tutela da ditadura militar, caracterizou-se pelas maiores taxas de crescimento do PIB brasileiro na história, em conjunto com relativa estabilidade nos preços. (VASCONCELLOS, GREMAUD e TONETO JR 1999)

Além disto, o papel dos bancos públicos foi de fundamental importância no processo de desenvolvimento econômico. Cita-se o exemplo da criação do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ocorrida em 1952, tendo como objetivo ser o braço financeiro do governo para aumentar os investimentos, apoiando empreendimentos voltados ao desenvolvimento do Brasil.

Outra forma do Estado auxiliar no desenvolvimento de uma região é através das ações de fomento, as quais são executadas com o intuito de impulsionar um determinado setor, estado ou município. Este fomento significa a injeção de recursos em atividades que aumentem a capacidade de produção, melhoria nos serviços prestados, gerando assim aumento no emprego e renda da população. Após a medida provisória 1.514 de 07/08/1996, que promoveu a redução da participação do estado nas atividades bancárias, muitos bancos estatais foram privatizados, dando espaço a uma nova forma de atuação do estado. Nasce assim as Agências de Fomento, que consistem em instituições financeiras (porém sem caráter bancário) que possuem um escopo de atuação quase que exclusivo de financiamento do investimento dentro do estado em que atuam.

Nessa relação entre as agências de fomento e desenvolvimento regional há um papel de extrema importância que são os atores que influenciam e decidem a forma como os recursos são distribuídos dentro destas instituições. O conhecimento dos membros das instituições de fomento e da sociedade civil que detêm o poder de decisão e de influência e fornecem importantes informações para que se conheça a estrutura de poder regional. Tais atores são denominados nas ciências sociais como pertencentes à Elite da sociedade. Indivíduos ou grupos que preenchem as posições formais de mando em certa parte da sociedade (diretores de empresas, cúpulas do executivo, posições superiores nas organizações políticas e militares) (MILLS 1968).

Uma vez que membros da elite possuem poder decisório sobre o desenvolvimento regional, o objetivo deste trabalho é avaliar quais atores pertencem a este círculo decisório ao qual uma agência de fomento está submetida. Para tanto, tomará como objeto de pesquisa a Agência de Fomento do Estado do Paraná (FOMENTO PARANÁ).

Este estudo se baseia nas teorias de desenvolvimento econômico, principalmente nos estudos feitos a partir da América Latina. Assim, este trabalho está dividido em quatro partes juntamente com esta introdução. O primeiro capítulo apresenta a base teórica do pensamento econômico para as questões regionais.

O segundo apresenta o conceito das agências de fomento como instituição financeira de desenvolvimento. Já o terceiro capítulo apresenta o estudo efetuado sobre a Agência de Fomento do Paraná, objeto de pesquisa deste trabalho, avaliando os atores que participam das decisões de distribuição dos recursos desta instituição. Por fim, serão apresentadas as conclusões obtidas através do estudo proposto.

1. ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A TEORIA DE SERGIO BOISIER

O conceito de desenvolvimento regional trata de modo fundamental o modelo de desenvolvimento econômico inserido no desenho dos países e suas vantagens comparativas. A forma em que ocorrem aglomerações regionais e as ramificações industriais determinam quais atores da economia mundial serão ganhadores ou perdedores. Outro ponto importante para o bom êxito do desenvolvimento econômico é a articulação entre as regiões que interagem na economia do país. Assim, a forma como o ambiente é estruturado e a forma em que os elementos se articulam entre si determinam o sucesso no processo de desenvolvimento econômico.

Outro conceito importante a ser considerado quando estudado o fenômeno do desenvolvimento regional é a formação de um pensamento que ultrapasse a premissa de almejar apenas crescimento econômico. Este conceito advém do processo de globalização iniciado na década de 1980, e considera itens como aglomerações regionais; ramificações industriais e o embasamento econômico; o complexo entrelaçamento de recursos necessários para o sucesso na competição vigente da economia global (mão de obra, capital, tecnologia, pesquisa em P&D, etc.) não são suficientes para o bom êxito do desenvolvimento regional.

Particularmente para a América Latina, nasce uma linha de pensamento própria, herança da linha de estudos da CEPAL. Destaca-se neste contexto, o trabalho de Sergio Boisier. Economista chileno possui vasta experiência na área de desenvolvimento regional, tendo trabalhado como chefe da divisão de análises quantitativa e chefe do Departamento de Planejamento Regional no escritório de Planejamento Nacional do Chile, tendo atuado na década de 1960. Posteriormente, na década de 1970, trabalhou como diretor do escritório da CEPAL no Brasil. Nos anos de 1980, atuou como diretor adjunto do Programa de Assessoria do Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) passando a atuar como Diretor de políticas e planejamento desta instituição (década de 90).

O economista defende que o desenvolvimento territorial se tornou um complexo sistema, ao qual a racionalidade econômica envolve apenas uma parte da conduta dos agentes.

Seus primeiros estudos sobre Desenvolvimento Regional iniciaram na década de 1970 com o informe ao governo do Chile sobre o Desenvolvimento regional do Chile na década de 70. Em Boisier *et al* (1973), o autor efetua um estudo para o governo brasileiro, uma análise dos diferenciais de produtividade e salários industriais. Para o Panamá, Boisier auxiliou na elaboração de uma Estratégia nacional de desenvolvimento regional (1974). Na Colômbia, efetuou em 1985 uma análise do plano de desenvolvimento fronteiriço.

Na área acadêmica, seus estudos envolvem os tema de desenvolvimento regional e descentralização. Em Boisier (1980), verifica-se o proposito do autor em dar uma noção de como se formam e delimitam a realidade na qual ocorrem os processos de desenvolvimento regional. Neste trabalho, o conceito de um projeto nacional de desenvolvimento regional é definido por três elementos: o mecanismo de alocação de recursos predominante, os mecanismos para alcançar objetivos sociais e de bem estar, e por ultimo, o mecanismo de tratamento do capital estrangeiro.

Em Boisier (1991) há uma análise dos vinte e cinco anos de politicas de desenvolvimento da região do Biobio no Chile. Neste trabalho, o economista começa a construir uma metodologia para estudos regionais bem como efetua uma análise sócio-política regional, identificando os atores envolvidos nas politicas de desenvolvimento implantadas na região.

No trabalho de Boisier *et al* (1995) os autores efetuem um estudo sobre o papel da “modernização”, precisamente sobre a capacidade do estado de compreender a estrutura em seu entorno a fim de atuar para construir um futuro. Neste trabalho o economista propõe uma reforma politica que divida a responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil, mediante a descentralização.

Referente ao ultimo tema, itens como descentralização com atuação da sociedade civil, são tratadas em Boisier (1990), no qual foca na descentralização dos países latino-americanos e, em Boisier *et al* (1995) no qual discute o projeto de desenvolvimento participativo, envolvendo os agentes do desenvolvimento presentes no tecido social do território. Neste trabalho, Boisier apresenta um software ELITE, desenvolvido pelo ILPES, com o intuito de estimar do nível de cooperação ou de conflito interinstitucional existentes no território.

Boisier defende que o desenvolvimento apenas apresentará resultados quando feito por uma interação densa e inteligentemente articulada de alguns

elementos específicos, à qual se inclui um projeto coletivo, ou um projeto político regional. De modo contrário, tem-se uma alusão a uma caixa-preta, ao qual se desconhece o conteúdo de funcionamento (BOISIER, 1999).

Estes elementos são comumente conhecidos com Hexágono do Desenvolvimento Regional de Boisier descritos na figura 1. Tais elementos em si não garantem de forma alguma o sucesso do desenvolvimento regional, dada dinâmica do processo e a complexidade dos elementos. Entretanto, o modo de articulação poderá definir o tipo de desenvolvimento da região. A relação densa e inteligente destes elementos, certamente proverá desenvolvimento. Por outro lado, uma articulação disseminada e que dependa do acaso, produzirá certamente o fracasso do desenvolvimento.

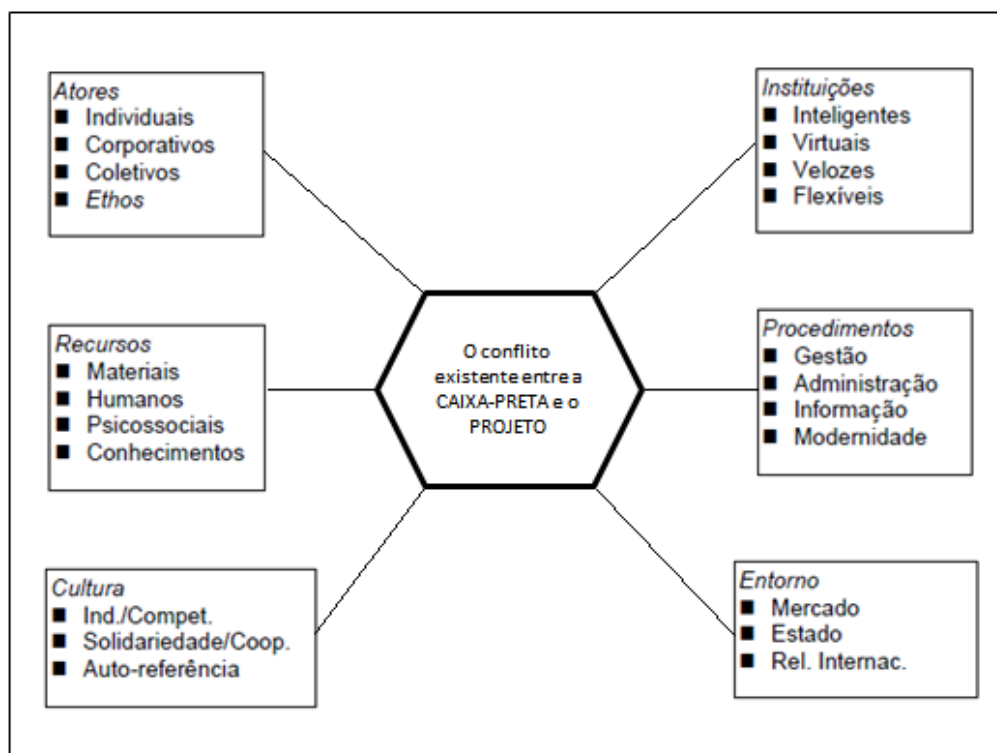


Figura 1: O Hexágono do Desenvolvimento Regional
Fonte: Boisier (1999)

1.1.1. Recursos

Os recursos pertinentes ao desenvolvimento podem ser classificados em quatro grupos. O primeiro diz respeito aos recursos **materiais**: recursos naturais, equipamentos de infraestrutura e capital. O segundo pode ser descrito como

capital humano, não somente no sentido quantitativo, mas somado a qualidade, que além de ser mão de obra qualificada, possua vínculo com a região, uma vez que há o risco dos eventos de fuga deste capital. O terceiro item é compreendido como **recursos psicossociais**. Trata-se da autoconfiança da sociedade, a vontade coletiva, perseverança e, por último, o **conhecimento**. Recurso intangível que foi fundamental para evolução da sociedade no século XX, cada vez mais necessário numa sociedade do conhecimento onde a tecnologia evolui de forma rápida.

1.1.2. Cultura

Descrito pelo autor como a Cultura do Desenvolvimento, pode se manifestar de duas maneiras. A primeira de forma **competitiva/ individualista**. Ela é capaz de gerar crescimento, mas não possui capacidade de gerar o verdadeiro desenvolvimento e a segunda **cooperativa / solidária**. Esta por sua vez é capaz de gerar equidades sem crescimento. Ressalta-se que estes comportamentos representam dois extremos dos padrões culturais e desta forma, é muito incomum encontrar um comportamento que represente um dos polos. O êxito de uma proposta de desenvolvimento, segundo Boisier *et al* (1995) depende, essencialmente da qualidade, o número e, sobretudo, o tipo de cultura de desenvolvimento. Esta “cultura” reflete a interação das culturas de cooperação e dos conflitos sempre presentes num grupo social.

1.1.3. Instituições

Para o bom êxito do desenvolvimento regional, não é suficiente pensar somente nas instituições públicas e privadas. Neste quesito, o autor propõe analisar quatro pontos: Flexibilidade, velocidade de ação e reação, inteligência e presença, não apenas física, mas também virtual.

1.1.4. Procedimentos

Este ponto possui extrema ligação com as instituições, uma vez que este provém de uma natureza da gestão governamental. Representa, assim, um conjunto de atos que demonstram a autoridade, a liderança e a capacidade de

escolhas no curto e longo prazo. Os procedimentos podem ser subdivididos em quatro itens:

- Capacidade de gestão,
- Administração dos recursos da região;
- Capacidade de levantamento e absorção de informações;
- Capacidade de sintonia com a modernidade.

1.1.5. Entorno

Este elemento representa a forma como a região pode se relacionar com o que está ao seu redor, ou seja, o meio externo. Pode ser compreendido com uma rede sobre a qual a região não possui controle, podendo em algumas vezes apenas influenciar e articular-se com os seus pares. O sistema de relações pode ser dividido por: **Mercado** (em seu sentido amplo: comércio e suas modalidades, volume, padrão geográfico, formas de intermediação, tratados e acordos); relações com o **Estado**, a relação de conflito, dependência e/ou cooperação. Assim o desenvolvimento regional depende de uma relação região/Estado de profunda cooperação.

1.1.6. Atores

Estes agentes do desenvolvimento que podem ser classificados em três categorias conforme da sua natureza, que pode ser o **indivíduo** que pertence à região a ser desenvolvida, principalmente membros da sociedade que possuem poder de influencia. Os de natureza **corporativa** são compreendidos através dos movimentos sindicais, grupos de empresários, de estudantes, etc. Os atores **coletivos** possuem uma natureza de agrupamento em forma de movimentos sociais, muito comum na América Latina. Outro ponto importante que o autor aponta são os traços característicos de um grupo humano que os diferenciem dos outros grupos; em suma, é a identidade social do grupo que orienta a conduta dos atores. Esta síntese é denominada pelo economista como **Ethos**. Este ponto é de relevante importância para o estudo uma vez que se pode identificar, por exemplo, que grau de lealdade o empresário, ou um grupo destes, possuem em relação ao meio em que vivem.

1.2. A Sociedade civil no processo de Desenvolvimento

O sucesso do desenvolvimento de uma região passa necessariamente pela identificação clara destes agentes de desenvolvimento, sendo indispensável para a preparação de projetos de desenvolvimentos coletivos e participativos em qualquer nível territorial. São estes agentes que operacionalizam e concretizam a participação social no desenvolvimento e, conforme Boisier *et al* (1995) “*cristalizam, no plano das pessoas, o conceito de sociedade civil*”.

O conceito de sociedade civil possui ampla diversidade de significados, muitas vezes carregada de profunda contradição, conforme Pinheiro (s.d) isso se dá, pois nenhuma das definições é neutra. Todas carregam heranças do momento histórico e do ambiente cultural em que foram analisadas. Hegel foi o primeiro a desenvolver um conceito claro sobre o termo sociedade civil, estabelecendo limites entre esta e o Estado. Para o autor, a sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) era constituída por associações, comunidades e corporações que teriam um papel normativo e sociológico fundamental na relação entre indivíduos e o Estado.

Especificamente, para Hegel o termo sociedade civil era definido como um espaço historicamente concreto de interação social entre indivíduos. Segundo o filósofo esta interação era condicionada por três elementos: **a) Sistema de carências** - A mediação da carência e a satisfação dos indivíduos pelo seu trabalho e pelo trabalho e satisfação de todos os outros; **b)** A realidade do elemento universal de liberdade implícito neste sistema é a defesa da propriedade pela **justiça** e; **c)** A precaução contra o resíduo de contingência destes sistemas e a defesa dos interesses particulares como algo de administração e pela corporação (HEGEL, 1997).

Boisier *et al* (1995) utiliza-se das ideias de Thomas Molnar para descrever a sociedade civil como “*um conjunto não institucionalizado de relações de caráter primordialmente econômico e de grupos e indivíduos que as realizam*”. Em outros termos sociedade civil é composta por um conjunto de organizações sociais que não pretendem cuidar da segurança (próprio dos órgãos de segurança), nem com a imposição de uma ordem moral (como as ordens religiosas), ou uma ordem de riqueza (como uma sociedade comercial), nem com a intenção de chegar ao

poder com o compromisso do bem comum (próprio da sociedade política onde se inclui o Estado). Assim, a sociedade civil não persegue uma meta genérica, mas sim objetivos específicos a um grupo que se organiza para estes fins.

Num sentido menos difuso, pode-se resumir o sentido da sociedade civil como pessoas ou organização de pessoas que possuem uma visão coletiva e que são motivadas para a participação e mobilização de seus atores em torno de um objetivo que, não sendo atribuído ao Estado ou aos políticos, uma vez que não se pretende possuir controle dessas entidades, pelo contrário, o interesse é de fazer frentes de ação a fim de influenciar estas entidades para adoção e projeção do Estado, instituições políticas e do mercado.

A atuação cada vez mais forte da sociedade civil faz com que ocorra o apelo mais constante para a descentralização do poder e das decisões, não pelo poder por si só, mas pelas vantagens já mencionadas no elemento Instituições. A flexibilização e velocidade na tomada de decisão são fundamentais para o sucesso no desenvolvimento regional.

2. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: A FORMAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO

2.1. A formação das Agências de Fomento no Brasil

A atenção ao fomento via instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs) é próprio da criação dos agentes financeiros no Brasil. Já no século XIX, o príncipe regente D. João VI, através do alvará de 12 de outubro de 1808, cria o Banco do Brasil, que foi criado com o objetivo de pôr “em ação os cálculos estagnados assim em gêneros comerciais, como espécies cunhadas”, bem como fomentar a indústria nacional “pelo giro e combinação dos capitais isolados”. Outro ponto importante é o papel do Banco em auxiliar o Estado a captar os recursos necessários para o financiamento de suas atividades (LOBO, 2012).

Nos anos 40, o Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942 institui a criação do Banco de Crédito da Borracha, oriundo do Acordo de Washington firmado entre o Brasil e Estados Unidos cujo objetivo principal era fomentar a indústria da borracha através dos seringais nativos da região da Amazônia. Com o retorno da borracha oriental no mercado mundial, cujos preços eram mais baratos, a indústria extrativa da borracha na região Amazônia entra em crise, obrigando o governo, através da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, a extinguir o Banco de Crédito da Borracha, criando em seu lugar o Banco de Crédito da Amazônia S.A., instituição financeira com foco em outras atividades produtivas.

Na década de 1950, um marco importante para o estudo do desenvolvimento econômico no Brasil foi a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico. Criado a partir de uma das promessas de campanha do presidente eleito dos Estados Unidos, Harry Truman, no qual propôs um programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. No Brasil, a comissão foi composta por Eugênio Gudín, Otávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanho, encarregada de estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país. Os estudos foram focados nos setores de agricultura, energia e transporte. Como resultado deste estudo, foi avaliado que o investimento necessário para

promover o projeto seria de 22 bilhões de cruzeiros. Do total deste investimento, 60,6% seriam alocados no setor de transportes, 33,1% no setor de energia elétrica e 6,3% deveriam ser alocados em projetos relativos à indústria, máquinas agrícolas e estocagem de cereais.

Entretanto, o maior legado da Comissão Mista foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), instituição criada através da Lei nº 1.628 de 20 de junho de 1952, durante do governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Segundo a FGV (2001), o BNDE nascia com a missão de analisar os projetos e atuar como braço do governo na implementação das políticas voltadas para a industrialização do país, uma espécie de formulador e executor da política nacional do desenvolvimento econômico.

Nem todos os projetos estabelecidos pela Comissão mista receberam financiamento por parte do BNDE, tendo apenas 181 milhões de dólares liberados. No entanto, os resultados da Comissão Mista e o BNDE contribuíram para criar no país uma cultura de planejamento racional e a aplicação de recursos públicos em investimentos econômicos e ajudaram a formar uma equipe de técnicos brasileiros aptos a elaborar projetos de desenvolvimento (D'Araújo, 2015).

A partir da década de 1960, a Brasil passa a contar com um sistema articulado de bancos estaduais de desenvolvimento a fim de complementar a atuação do BNDE. O primeiro banco faz parte de uma parceria entre os governos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) teve sua fundação em 15 de junho de 1961 com objetivo de apoiar e acompanhar o desenvolvimento de projetos executados nos três estados-membros. O BRDE procurava diminuir a concentração de recursos de investimentos que na maioria das vezes era destinado para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Ainda nesta mesma década, três outros bancos estaduais foram criados. Em 1962 inicia os trabalhos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). No ano de 1966, no Estado da Bahia é criado o Banco de Desenvolvimento da Bahia (BANDEB), em sucessão do FUNDAGRO. No mesmo ano, o Estado de São Paulo, através da Lei nº 9.312, de 19/04/1966, cria o Banco Paulista de Desenvolvimento Econômico S/A (BADESP). Entretanto, em 1986 o Banco de São Paulo (BANESPA) assume o controle acionário deste, extinguindo

os trabalhos do BADESP. No Paraná, é criada em 1962 a Companhia de Desenvolvimento do Paraná – CODEPAR, mais tarde através da decisão do Banco Central, a instituição foi transformada em Banco em 1968 nascendo desta forma o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S/A(BADEP). No ano de 1967, é fundado no Espírito Santo a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES) que pela Lei Estadual 2.413/69 de 21 de novembro de 1969 é transformado em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES).

Já no início da década de 1970 outros quatro bancos foram criados. Em Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A. (BADESC) criada pela Lei nº 4.950, de 11/11/1973 e instalada oficialmente em 26/08/1975, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina. No Maranhão houve a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão (BDM). No Ceará, inicia-se o processo de uma instituição bancária, primeiramente através da criação de Companhia do Desenvolvimento do Ceará (CODEC), transformado posteriormente no Banco de Desenvolvimento do Ceará (BADECE). Outro estado a criar seu banco de fomento foi o Rio Grande do Norte que instituiu o BDRN, Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Em meados desta década, outros quatro bancos foram instituídos no Brasil. Em 1975 inicia os trabalhos do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (BADESUL), sendo incorporada em 1992 pelo BANRISUL. No estado do Rio de Janeiro, é criado o Banco Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A (BANCODERJ), através do decreto-lei Nº 8 de 15 de março de 1975.

O último banco criado foi o do estado de Goiás que, através da Lei Nº 8.062, DE 13 de abril de 1976 institui o Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás S.A. (BD-GOIÁS). O quadro 2 apresenta a ordem cronológica da instituição dos Bancos estaduais de fomento ao desenvolvimento.

ANO	SIGLA	AGÊNCIA
1975	BADESUL	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
1973	BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A
1967	BANDES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A
1966	BRB	Banco de Brasília – BRB
1962	BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
1961	BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
1961	BANPARÁ	Banco do Estado do Pará S.A.
1952	BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
1952	BNB	Banco do Nordeste S.A.
1950	BASA	Banco da Amazônia

Quadro 1 Criação de Bancos Estaduais de Desenvolvimento
Elaboração do autor

Na década de 1980, o mundo discutia os limites dos países chamados de “terceiro mundo” de financiar o desenvolvimento através dos investimentos fomentados pela substituição das importações. O receio nascia principalmente pela possibilidade dos países entrarem numa crise de insolvência das dívidas contraídas, principalmente nos países latino-americanos. Em 1982, a crise de insolvência iniciada no México rapidamente se espalhou em diversos países latino americanos, incluindo o Brasil. O país abandonou a partir desta década e na posterior, todos os projetos desenvolvimentistas, em função de promover o ajuste macroeconômico de curto prazo e, por consequência, reduzindo as taxas de crescimento do produto interno, com intuito de compatibilizá-las com a restrição externa e com a crise fiscal (ARAÚJO, et al. 2011).

A crise dá início há um processo de inúmeras intervenções por parte de Banco Central, de modo especial nas instituições estaduais de desenvolvimento, onde grande parte dos Bancos Estaduais de desenvolvimento entrou em colapso devido ao uso político por parte dos governos.

Como reflexo da crise, a visão neoliberal do papel do Estado começa a ganhar espaço, tendo com resultado o processo de reformas liberalizantes (privatizações, liberalização do comércio, reformas administrativas e previdenciárias). Em 1996 é lançado o Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária (Proes), baixado pela MP nº 1.514, de 7 de agosto de 1996, que visou o refinanciamento

dos Estados endividados. A base teórica para a redução da interferência dos estados no sistema financeiro faz parte do acordo de Basileia que levou o Estado Brasileiro a criar um programa de redução da presença do setor público na atividade bancária. Tal medida estabeleceu, por força de lei, que os estados reduzissem sua presença na atividade financeira, abdicando de seus bancos estaduais mediante privatização, extinção, ou transformação deste banco em agência de fomento (uma instituição não financeira que seria administrada pelo governo do estado) (RIBEIRO 2002).

ANO	SIGLA	AGÊNCIA	SITUAÇÃO
1975	BADESUL	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul	Foi incorporada em 1992 pelo BANRISUL. Em 1997 foi instituído como Caixa Estadual S.A. Em 2011 teve a razão social modificada para "BADESUL Desenvolvimento – Agência de Fomento/RS".
1973	BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A	Em 1999 passo para o status de agência de fomento alterando a razão social para "Agência Catarinense de Fomento S.A. - Badesc" e posteriormente para "Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc "
1967	BANDES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A	Banco ainda em atividade
1966	BRB	Banco de Brasília – BRB	Em 1991 passa a ser um banco múltiplo.
1962	BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Banco ainda em atividade
1961	BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	Banco ainda em atividade
1961	BANPARÁ	Banco do Estado do Pará S.A.	Banco ainda em atividade
1952	BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Banco ainda em atividade
1952	BNB	Banco do Nordeste S.A.	Banco ainda em atividade
1950	BASA	Banco da Amazônia	Banco ainda em atividade

Quadro 2. Transformações dos Bancos ao longo dos anos.
Elaboração do autor

Com o intuito de minimizar os impactos negativos sobre o desenvolvimento regional por consequência do fechamento dos bancos estaduais, o Banco Central permitiu aos Estados criarem agências de fomento. A resolução Nº 2828 de 27 de março de 2001 do Banco Central do Brasil, estabeleceu a constituição e a estrutura de funcionamento das agências de fomento no país, cujo objetivo social é financiar capital fixo e de giro, trabalhando em conjunto com projetos que visem a ampliação ou a manutenção da capacidade de produção de bens e serviços.

Alguns itens relevantes:

- a) Devem ser constituídas sob forma de sociedade anônima de capital fechado.
- b) Seu funcionamento está subordinado às regras do Banco Central.
- c) Podem empregar, além de seus recursos próprios, fundos de programas oficiais, do orçamento das esferas do governo e organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento. Entretanto, se desejar captar recursos provenientes de instituições internacionais, deverá obter classificação de risco com uma instituição internacional de avaliação de risco de grande reconhecimento.

Além disso, o artigo 3º especifica as operações financeiras que as agências de fomento poderão realizar. Os principais são:

- a) Financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos de desenvolvimento;
- b) Prestar garantias em operações que sejam aderentes ao objeto social;
- c) Prestar serviços de consultoria e de agente financeiro;
- d) Administrar fundos de desenvolvimento;
- e) O caixa que estiver disponível poderá ser aplicado em títulos públicos federais e também em operações compromissadas.
- f) Fornecer cessão de crédito;

O artigo 4º veda às agências de fomento o acesso às linhas de assistência financeira e acesso à conta de reservas bancárias do BACEN. Também não é permitida às agências a captação de recursos junto ao público e a contratação de depósitos interfinanceiros na qualidade de depositante ou depositária. Outro ponto importante é o texto do 8º artigo da determinação, que aplica às agências de fomento as mesmas condições e limites operacionais das instituições financeiras, integrando o Sistema Financeiro Nacional e estando, desta forma, subordinadas à toda legislação pertinente ao sistema.

Muitos são os desafios e limitações dados às agências de fomento. Ribeiro (2002) aponta que a inserção destas agências em um ambiente permeado por

variáveis econômicas sociais, onde os recursos são escassos, fazem com o que os administradores de tais agências estejam sempre atentos às mudanças exigidas para o cumprimento da função e do êxito no objetivo institucional destas.

Conforme o Banco Central, atualmente o Brasil possui, além do BNDES, 23 Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs), sendo 16 destas instituições agências de fomento, cinco bancos de desenvolvimento e três bancos estaduais, conforme mostra quadro 4:

ANO	SIGLA	AGÊNCIA	SEGMENTO
2011	AGEFEPE	Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A.	Agência de Fomento
2010	PIAUI FOMENTO	Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.	Agência de Fomento
2009	DESENVOLVE AL	Agência de Fomento de Alagoas	Agência de Fomento
2009	DESENVOLVE SP	Agência de Fomento do Estado de São Paulo	Agência de Fomento
2005	FOMENTO TO	Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Agência de Fomento
2003	MT FOMENTO	Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso	Agência de Fomento
2002	AGERIO	Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro	Agência de Fomento
2001	DESENBÁHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia	Agência de Fomento
1999	AGN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte	Agência de Fomento
1999	GOIÁS FOMENTO	Agência de Fomento de Goiás	Agência de Fomento
1998	AFAP	Agência de Fomento do Amapá	Agência de Fomento
1998	AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas	Agência de Fomento
1997	FOMENTO PARANÁ	Agência de Fomento do Paraná	Agência de Fomento
1997	AFERR	Agência de Fomento do Estado de Roraima	Agência de Fomento
1997	BADESUL	Caixa Estadual S/A Agência de Fomento	Agência de Fomento
1973	BADESC	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	Agência de Fomento
1967	BANDES	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A	Banco de Desenvolvimento
1966	BRB	Banco de Brasília – BRB	Banco de Desenvolvimento
1962	BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Banco de Desenvolvimento
1961	BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	Banco de Desenvolvimento
1961	BANPARÁ	Banco do Estado do Pará S.A.	Banco Múltiplo
1952	BNDDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Banco Múltiplo
1952	BNB	Banco do Nordeste S.A.	Banco Múltiplo
1950	BASA	Banco da Amazônia	Banco Comercial

Quadro 3 - Bancos de Desenvolvimento Existentes no Brasil (2016)
Elaboração do autor

2.2. Panorama geral das Agências de Fomento

A classificação do segmento das instituições apresentadas na seção anterior é feita pelo próprio Banco Central do Brasil. Sendo assim, será apresentado um panorama das Agências de Fomento do Brasil, objeto de pesquisa do presente trabalho. Em 2015, estas instituições somavam a ordem de R\$ 10,9 bilhões em ativos totais, conforme gráfico 1, a seguir:

Agências de Fomento – Ativos totais em 2015 (em R\$ milhões)

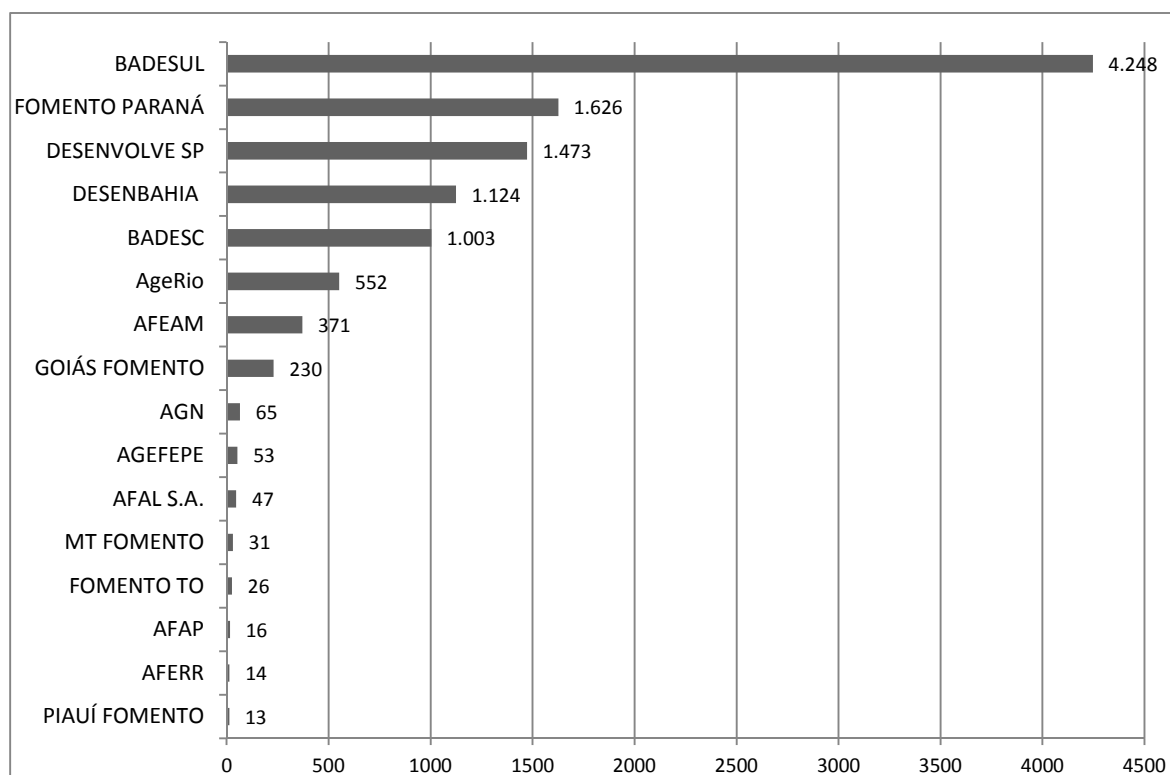


Gráfico 1 - Total de ativos em 2015

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Central

Os dados apresentados no gráfico 1 permitem agrupar as agências de fomento em dois distintos grupos, de acordo com seu porte: BADESUL, Fomento Paraná, Agência de Fomento de São Paulo (Desenvolve SP), Agência de Fomento da Bahia (Desenbahia) e a Agência de Fomento de Santa Catarina (BADESUL) podem ser classificadas como instituições de grande porte, com ativos superiores à R\$ 1 bilhão. As instituições que possuem ativos entre R\$ 200 milhões e R\$ 600 milhões podem ser compreendidas com Agências de porte intermediário. Encontram-se neste patamar a AgeRio do Rio de Janeiro, AFEAM

do Amazonas e a Goiás Fomento. Por outro lado, as Agências de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), Pernambuco (AGEFEPE), Alagoas (AFAL), Mato Grosso (MT Fomento), Tocantins, Amapá (AFAP), Roraima (AFERR) e do Piauí, por possuírem ativos inferiores à R\$ 100 milhões podem ser consideradas como agências de pequeno porte.

Apesar do tamanho significativo dos ativos das Agências de Fomento, no qual demonstra o importante papel destas agências nos respectivos Estados, ainda sim o porte destas instituições não pode ser comparável ao porte dos Bancos de Desenvolvimento públicos, sejam eles federais, estaduais ou regionais. Cita-se o exemplo do BRDE, banco que atende os três Estados da região sul e que possui um ativo de aproximadamente R\$ 15 bilhões, contra R\$ 6,8 bilhões dos ativos das agências de fomento do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, somados.

Grande parte da disparidade vem da estrutura de *funding* destas instituições. A capacidade de expansão de uma agência de fomento está condicionada ao orçamento disponibilizado pelos estados nas quais elas estão instaladas bem como das condições econômicas. Esta restrição se deve basicamente pela condição imposta pelo Banco Central que limita a captação de recursos empregados por estas instituições, tendo com únicas fontes: i) recursos próprios; ii) fundos de programas oficiais, iii) do orçamento federal, estadual e municipal e, iv) organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Pela condição dada às agências de fomento, a captação de recursos é feita por fundos estaduais por elas administrados e em grande parte por repasses do BNDES, sendo que poucas possuem capital próprio suficiente para sustentar projetos de desenvolvimento, conforme mostra tabela 1. É possível verificar conforme dados apresentados que apenas cinco agências possuem patrimônio líquido acima de R\$ 500 milhões (BADESUL, DESENBAHIA, BADESC) e apenas duas destas com patrimônio superior à R\$ 1 bilhão (Fomento Paraná e Desenvolve SP).

Instituição	Passivo exigível	Obrigações por empréstimos e repasses	Outras obrigações e exercícios futuros	Patrimônio líquido
BADESUL	R\$ 3.502.334,00	R\$ 3.357.558,00	R\$ 144.776,00	R\$ 745.863,00
DESENBÁHIA	R\$ 554.000,00	R\$ 499.600,00	R\$ 54.401,00	R\$ 569.956,00
BADESC	R\$ 465.847,00	R\$ 425.499,00	R\$ 40.349,00	R\$ 536.654,00
DESENVOLVE SP	R\$ 434.191,00	R\$ 363.995,00	R\$ 70.148,00	R\$ 1.038.799,00
AFEAM	R\$ 243.247,00	R\$ 78.865,00	R\$ 164.382,00	R\$ 127.643,00
FOMENTO PARANÁ	R\$ 184.735,00	R\$ 116.803,00	R\$ 67.932,00	R\$ 1.441.078,00
AGERIO	R\$ 113.251,00	R\$ 90.945,00	R\$ 22.306,00	R\$ 438.470,00
FOMENTO GOIAS	R\$ 58.290,00	R\$ 52.792,00	R\$ 5.499,00	R\$ 171.517,00
AGN	R\$ 30.013,00	R\$ 2.596,00	R\$ 27.417,00	R\$ 34.607,00
FOMENTO MT	R\$ 15.207,00	R\$ 13.163,00	R\$ 2.043,00	R\$ 16.016,00
AFAL S.A.	R\$ 10.145,00	R\$ 2.045,00	R\$ 8.100,00	R\$ 36.488,00
AFAP	R\$ 3.789,00	R\$ 0,00	R\$ 3.789,00	R\$ 12.531,00
AGEFEPE	R\$ 1.794,00	R\$ 1.125,00	R\$ 669,00	R\$ 51.505,00
AFERR	R\$ 648,00	R\$ 0,00	R\$ 648,00	R\$ 12.995,00
FOMENTO TO	R\$ 508,00	R\$ 87,00	R\$ 421,00	R\$ 25.598,00
PIAÚ FOMENTO	R\$ 193,00	R\$ 0,00	R\$ 193,00	R\$ 13.132,00

Tabela 1 Passivo total das principais Agências de Fomento do Brasil
 Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Central

A disparidade entre estados brasileiros referente ao dinamismo econômico faz com que os recursos repassados pelo BNDES sejam de fundamental importância para as agências de fomento. Por outro lado, há limites para que estas agências possam usufruir dos créditos do Banco, um deles é o nível de alavancagem máximo definido a partir do patrimônio de referência. Um dos dados analisados é o índice de Basileia, apresentados no gráfico 2. O índice advém de um acordo internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda a relação mínima de 8% entre o Capital Base e o Patrimônio líquido exigido. O Banco Central do Brasil estabelece o mínimo de 11%, com exceção de Bancos Cooperativos, no qual o mínimo é de 13%. Verifica-se que nenhuma apresenta índice menor do que o estabelecido pelo BACEN.

Índice de Basileia

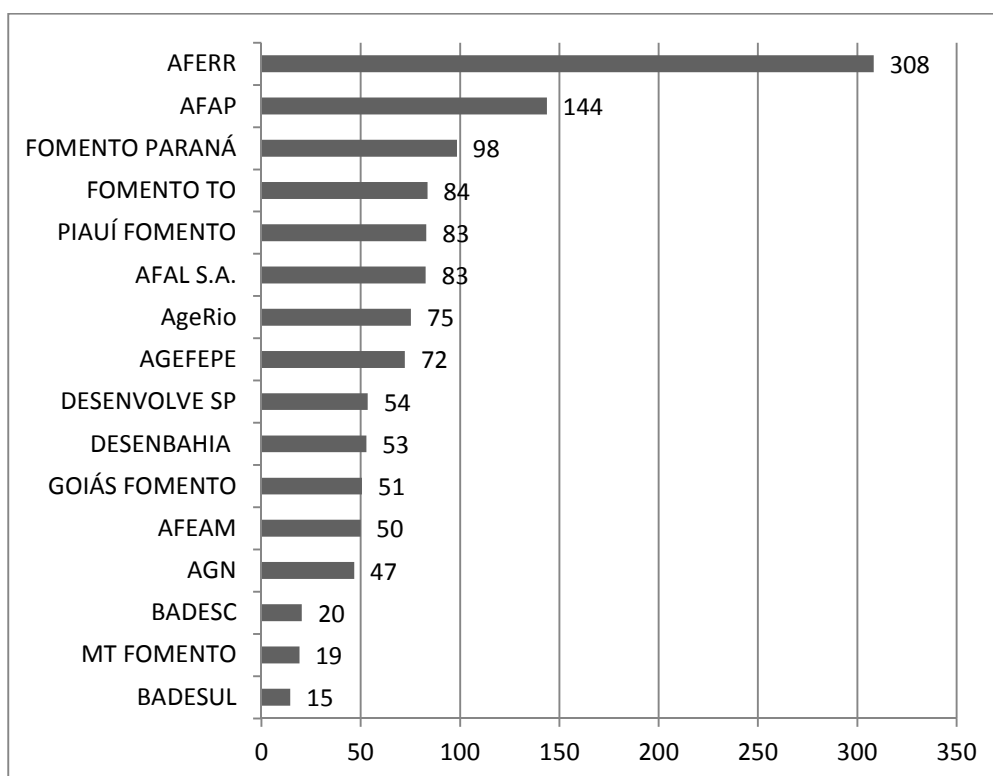


Gráfico 2 - Índice de Basileia

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Central

Outro índice avaliado é o descrito no gráfico 3. O Índice de Imobilização, segundo o BACEN, reflete o percentual de comprometimento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao ativo permanente imobilizado. Em suma, o Banco Central estabelece que o total de recursos aplicados no Ativo Permanente não pode ultrapassar 50% do valor do patrimônio líquido ajustado.

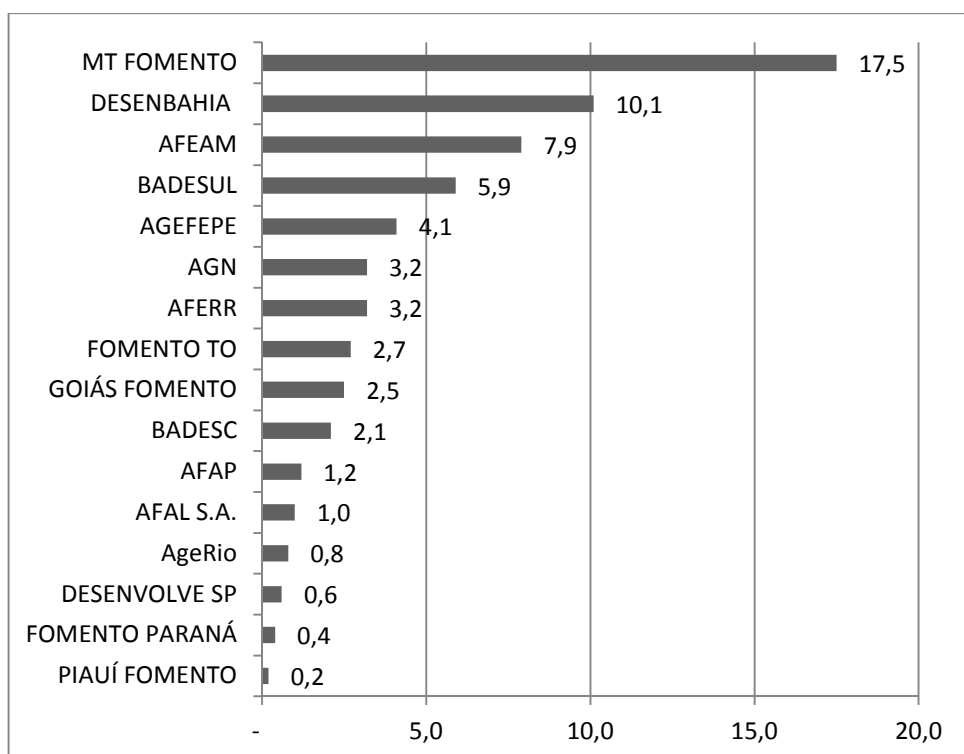


Gráfico 3 - Índice do Imobilizado

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Central

Os dados demonstram uma disparidade entre os dispêndios das agências de fomento. A MT Fomento, por exemplo, possuiu um patrimônio líquido de R\$ 16 milhões sendo que 17,5% destes recursos estão aplicados. Em contraponto, cita-se o caso do Piauí Fomento, com um patrimônio líquido de R\$ 13 milhões, porém com apenas 0,2% deste aplicado em ativo.

Entretanto, estes fatores podem não significar uma atuação favorável destas agências no mercado, uma vez que há um máximo a ser disposto de crédito em relação ao Patrimônio líquido destas agências. Desta forma, agências de menor porte tendem a receber volumes menores de recursos do BNDES e por sua vez ter uma atuação fraca no fomento regional. Isso explica o fato de agências com patrimônio líquido baixo possuírem menores obrigações por empréstimos.

Essa limitação conseqüentemente reflete no volume disponibilizado pelas agências. Em dezembro de 2015 o volume da carteira das agências de fomento era de R\$ 7,4 bilhões em crédito, considerando pessoas jurídicas e pessoas físicas, conforme o quadro tabela 2.

Quando analisado o setor empresarial (Pessoa Jurídica), do total disponibilizado era de R\$ 5,7 bilhões, sendo o grande setor beneficiado é a indústria de transformação com quase R\$ 2 bilhões em crédito, ficando a frente de setores como Administração Pública (R\$ 1,4 bilhão), Comércio de veículos e motocicletas (R\$ 512 milhões) e outros setores como os de transporte, Serviços, Agricultura, Construção e Indústrias extrativistas que juntas somaram R\$ 986 milhões.

Das agências que mais possuem crédito disponibilizado, a maior é a BADESUL, com R\$ 3,5 bilhões em carteira, praticamente o dobro da segunda maior, a agência de fomento de São Paulo, com R\$ 1,3 bilhão em créditos. A agência de fomento do Paraná forneceu com uma carteira de aproximadamente R\$ 900 milhões ficou em terceiro lugar, sendo a BADESC com uma carteira de R\$ 684 milhões e a DESENBAHIA, com um total de R\$ 455 milhões em carteira. As demais agências somaram um total de R\$ 465 milhões.

Já os créditos fornecidos as pessoas físicas somava em 2015 R\$ 1,6 bilhão em crédito. As agências possuíam uma carteira em créditos disponibilizados principalmente para programas Rurais e Agroindustriais, com R\$ 1,4 bilhão, seguido do setor de financiamento de veículos, com R\$ 118 milhões em créditos.

Instituição	TOTAL DA CARTEIRA PJ+PF	Total da Carteira Pessoa Jurídica	Indústrias de Transformação	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Transporte, Armazenagem e Correio	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção	Indústrias Extrativas	Atividade não Informada ou não se Aplica	Outros
BADESUL	3.552.008	2.257.281	1.175.455	183.879	271.770	200.652	224.072	73.952	7.801	13.765	-	105.934
DESENVOLVE SP	1.312.810	1.096.002	229.515	266.132	35.279	36.068	44.087	9.165	27.732	19.047	-	428.977
FOMENTO PARANÁ	932.339	895.969	86.075	714.224	43.542	4.429	220	5.212	4.661	2.577	150	34.879
BADESC	684.714	662.801	258.466	163.324	63.452	19.034	1.490	36.943	10.111	113	1	109.867
DESENBÁHIA	455.975	436.475	73.999	103.384	18.409	36.339	38	97.735	27.317	5.463	-	73.792
AgeRio	183.983	177.538	76.023	14.837	14.358	1.281	2.107	510	5.471	11.596	8	51.349
GOIÁS FOMENTO	132.506	128.081	35.795		44.529	2.428	2.582	1.152	6.292	412	32	34.861
AFEAM	71.791	68.166	27.952		8.550	2.003	-	149	24.579		-	4.933
AGEFEPE	26.725	23.321	2.447		838	75	19	143	6.572		56	13.172
FOMENTO TO	18.551	15.840	1.605		6.278	710		244	5.632	-	1	1.370
MT FOMENTO	18.866	16.270	2.115		3.738	1.350	11	834	998		10	7.215
AFAL S.A.	6.267	4.883	3.762		586	-		276	10		8	240
AGN	3.736	2.603	597		323	12	4	36	-		2	1.628
AFAP	509	-									-	
PIAUI FOMENTO	1.272	1.063	63		162	388	-	24	-		1	424
AFERR	834	834	83		463	15		95	31		10	137
	7.402.886	5.787.127	1.973.952	1.445.780	512.277	304.784	274.630	226.470	127.207	52.973	279	868.778

Tabela 2 - Distribuição da carteira das Agências de Fomento – Parte 1

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Central

Instituição	Total da Carteira de Pessoa Física	Rural e Agroindustrial	Veículos	Empréstimo sem Consignação em Folha	Outros Créditos
BADESUL	1.294.727	1.291.272	178		3.277
DESENBÁHIA	216.808	121.332	64.721	221	30.534
FOMENTO PARANÁ	36.370		31.037		5.334
GOIÁS FOMENTO	21.913	13.645		8.153	115
DESENVOLVE SP	19.500		19.387	98	15
BADESC	6.445	6.381			63
PIAÚÍ FOMENTO	4.425				4.425
FOMENTO TO	3.625				3.625
MT FOMENTO	3.404		2.855		549
AFAL S.A.	2.711				2.711
AGN	2.596	173			2.423
AgeRio	1.384				1.384
AFEAM	1.133	1.100			34
AFERR	509				509
AGEFEPE	209				209
AFAP	-				
	1.615.759	1.433.903	118.178	8.472	55.207

Tabela 3 Distribuição da carteira das Agências de Fomento – Parte 2

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do Banco Central

O volume das carteiras de crédito das agências de fomento reflete o posicionamento dos referidos estados quando a políticas de fomento de setores específicos sendo que muitas delas criam linhas de créditos de forma totalmente distintas umas das outras. Os quadros 5 e 6 apresentam o resumo das principais linhas de crédito fornecidas pelas agências. A linha de microcrédito é a mais oferecida entre todas sendo que, apenas a BADESUL e PIAUÍ FOMENTO não apresentam uma proposta desta modalidade¹. Outras modalidades em destaque são as que priorizam os empreendedores e recursos para investimento e capital de giro.

Outro fator importante é a utilização de recursos que não os das agências de fomento. Muitas das agências oferecem linhas de crédito em forma de repasse de instituições como o BNDES. Para este banco citam-se linhas como o **BNDES Automático** (linha de repasse voltada para o financiamento de até R\$ 20 milhões voltados para projetos de modernização, aumento da capacidade produtiva, ampliação e expansão dos negócios). Outra linha fornecida pelo banco é o BNDES Progeren, voltado para capital de giro, recomposição de estoque e compra de matéria-prima.

Outras fontes de recursos também são utilizadas como os da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Destaca-se para esta o INOVACRED que, segundo a própria instituição, busca oferecer financiamento a empresas de receita operacional bruta de até R\$ 90 milhões no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, ou no aprimoramento dos que já existem, ou ainda inovação em marketing ou inovação organizacional com intuito de aumentar a competitividade.

¹ Conforme dados disponibilizados nos sítios eletrônicos das agências.

	Microcrédito	Empreendedorismo e Cooperativismo	Investimento e Capital de Giro	Linhas de Crédito com Recursos do BNDES	Linhas de crédito com Recursos do FINEP	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Turismo local e Cultura	Indústrias em Geral	Veículos (Frotas)	Rural e Agroindustrial PF
AgeRio	X	X	X	X	X		X	X		
AGN	X	X			X	X	X	X		X
GOIÁS FOMENTO	X	X	X	X	X					X
DESENBAHIA	X	X	X	X	X				X	X
AFAL S.A -	X	X		X	X	X		X	X	
DESENVOLVE SP	X		X	X	X			X		
BADESC	X		X	X			X		X	
AGEFEPE	X		X	X	X		X			
FOMENTO PARANÁ	X	X		X	X		X		X	
FOMENTO TO	X	X				X	X	X		
AFEAM	X	X	X			X		X		
AFAP	X	X					X	X	X	
MT FOMENTO	X	X	X			X			X	X
BADESUL				X	X	X				X
AFERR	X	X	X							
PIAUI FOMENTO			X			X				

Quadro 4 - Principais linhas de crédito das Agências de Fomento
 Elaboração do autor com base em cada sitio eletrônico das Agências de Fomento

	Energia e Fontes Renováveis	Outros Créditos Especiais	Inovação Tecnológica	Crédito à Municípios	FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	Comercio e Serviços	Transporte	Veículos	Infraestrutura
AgeRio	X	X	X	X					
AGN					X	X			
GOIÁS FOMENTO	X	X	X						
DESENBHIA				X			X		
AFAL S.A -					X				
DESENVOLVE SP		X	X						
BADESC				X					X
AGEFEPE	X				X				
FOMENTO PARANÁ	X								
FOMENTO TO						X		X	
AFEAM							X		
AFAP		X							
MT FOMENTO									
BADESUL									
AFERR									
PIAUI FOMENTO									

Quadro 6 - Principais linhas de crédito das Agências de Fomento
 Elaboração do autor com base em cada sitio eletrônico das Agências de Fomento

A restrição imposta às agências de fomento referente as condição de captação de recursos, somadas ao histórico de formação onde muitas foram criadas com baixo capital social, restringe a possibilidade de dinâmica de fomentar o desenvolvimento econômico dos estados onde elas estão instaladas. Muitas dependem do orçamento das condições econômicas e do orçamento anual dos Estados. Por outro lado, vê-se que agências que iniciaram suas atividades com maior aporte em seu capital social, possuem maior capacidade de angariar fundos de instituições de desenvolvimento federais, como exemplificado no caso do BNDES.

Por outro lado, vê-se a diversidade encontrada nas linhas de crédito oferecidas por estas agências, que abrange desde o pequeno produtor, oferecendo-lhe microcrédito para investimento ou capital de giro, até oportunidades para grandes indústrias ampliarem seus parques de produção e até modernizarem seus processos. Tal diversidade as coloca em uma posição estratégica no processo de desenvolvimento regional, uma vez que elas se tornam protagonistas no fomento às agentes econômicos desenvolverem suas capacidades.

Entretanto, as decisões de investimento certamente passam por um crivo de escolhas de “quando, quanto e onde” investir, onde tais decisões são tomadas pelos *policy makers* de cada Estado. As preferências de decisão devem ser feitas a fim de fomentar um desenvolvimento econômico duradouro e não somente para angariar votos ao final do mandato. Desta forma, o próximo capítulo irá analisar a rede dos tomadores de decisão, tomando como exemplo a Agência de Fomento do Estado do Paraná (PARANÁ FOMENTO).

2.3. A Agência de Fomento do Paraná

A Fomento Paraná é uma das 16 agências de fomento existentes no Brasil. Criada em 1997 através da Lei Estadual nº 11.74, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). Desta forma, a agência está submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O objetivo principal da instituição é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro. Segundo o Estatuto Social da instituição, a captação de recursos poderá ser feita conforme artigo 3º:

- I. Fundos e programas sociais;
- II. Orçamento federal, estadual e municipal;
- III. Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- IV. Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças, de acordo com o Conselho Monetário Nacional.

A Fomento Paraná possui outras atividades que incluem: prestar garantias, prestação de serviços de consultoria e também exercendo o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento podendo ainda participar de empreendimentos públicos e privados.

Referente ao destino dos recursos próprios é mandatário que a Fomento Paraná disponha vinte e cinco por cento (25%), destes para a concessão de atividades de financiamento a micros, pequenos e médios empreendedores instalados no território paranaense. A instituição também fornece crédito para o setor público, como o Sistema de Financiamento de Ações nos municípios do Paraná, programa que possui o objetivo de promover o desenvolvimento urbano, serviços básicos e aquisição de bens visando a modernização do município, entre estes incluem obras de infraestrutura como pavimentação de ruas, construção de instituições públicas como creches, escolas, quadras esportivas e barracões industriais.

Outra atribuição da agência é gestão financeira de fundos públicos estaduais como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o Fundo de

Equalização do Microcrédito (FEM) e o Fundo de Aval Rural (FAR), e a gestão dos ativos do Banco do Estado do Paraná S/A (Banestado), banco privatizado em 2000 tendo os contratos de empréstimos firmados juntos a este banco, adquiridos pelo Estado e repassados para gestão da Agência de Fomento do Paraná.

A administração da instituição é composta por uma diretoria bem como um conselho administrativo. A diretoria por sua vez é composta por 6 membros: Diretor Presidente; Diretor administrativo e financeiro; Diretor jurídico, Riscos e *Compliance*; Diretor de Mercado e Relações Institucionais; Diretor de Operações do Setor Público e Diretor de Operações do Setor Privado. Já o conselho administrativo é composto pelo Secretário de Estado da Fazenda; Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano; Chefe da Casa Civil; Diretor-Presidente da Agência de Fomento; Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP); Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e do Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP)

O Conselho de Administração é responsável por direcionar os negócios da instituição assim como eleger os diretores. No quesito financeiro, cabe ao conselho autorizar financiamentos superiores à R\$ 1,5 milhão para o setor privado e valores acima de R\$ 5 milhões para operações com o setor público. Quanto a aquisição de bens via alienação, o conselho delibera sobre transações superiores à R\$ 1,5 milhão.

Compete à diretoria atribuições de cunho operacional como formar e propor o orçamento anual da agência bem como o planejamento estratégico para o ano a ser exercido. Referente às finanças, a diretoria poderá aprovar financiamentos e prestação de garantias com valores entre R\$ 50 mil e R\$ 1,5 milhão para o setor privado e um limite de até R\$ 5 milhões para o setor público. Também é permitido à diretoria alienar bens do ativo permanente com valores inferiores à R\$ 1,5 milhão.

Referente ao desempenho Econômico-Financeiro, os dados apontam para uma condição favorável para a agência. No ano de 2015, o lucro líquido foi de R\$ 76 milhões, um aumento de 2,8% em relação ao ano anterior. Grande parte das contribuições para o resultado foram o crescimento nas receitas de operações de

crédito e o aumento do resultado de títulos e valores mobiliários. Outro ponto importante é a elevação das taxas de juros que remuneraram as aplicações financeiras. No entanto, se comparados aos outros anos, a agência aparenta estar se recuperando de uma queda em 2013, conforme aponta o gráfico 4. Tal queda foi justificada pela agência como sendo causada pelo cenário econômico nacional e especialmente pela redução da taxa de juros ocorrida naquele ano.

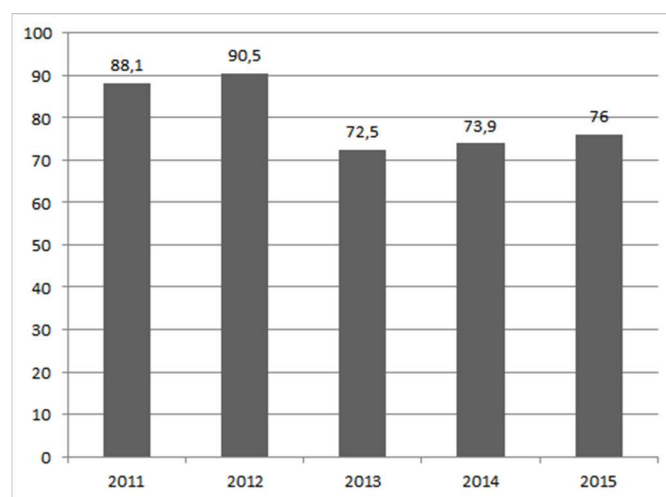


Gráfico 4 – Lucro líquido da FOMENTO PARANÁ
Fonte: Agência de Fomento do Paraná

O patrimônio líquido da Fomento Paraná totalizou R\$ 1,4 bilhão no ano de 2015 assim como o ativo total para este ano foram de R\$ 1,62 bilhão com sendo composto pela carteira de crédito (55,2%) e pela carteira de títulos de valores mobiliários, que representa 43,9% do total, sendo o restante (9%) composto por demais ativos.

A carteira de crédito da instituição teve um crescimento de 43,9% entre 2011 e 2015, conforme gráfico 5, e é composta por 76,9% de operações do setor público como financiamentos à municípios e 23,1% direcionados ao setor privado.

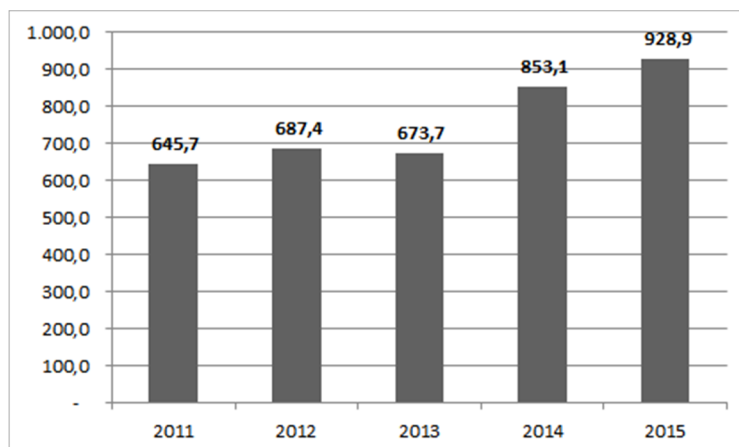


Gráfico 5 - Total da Carteira de Crédito
Fonte: Agência de Fomento do Paraná

Referente aos créditos concedidos pela instituição, no ano de 2015 R\$ 214 milhões do total da carteira fora destinada ao setor privado. Deste total, R\$ 48,3 milhões destinados a linhas de microcrédito, possuindo 7.333 contratos ativos apurados ao final do exercício do ano estudado. Empresas micro, pequeno e médio porte conseguiram através da Agência de Fomento do Paraná, um total de R\$ 44,5 milhões oriundos de repasses do BNDES e do FINEP, com programas como BNDES Automático, PROGEREN, FINAME e INOVACRED.

Do crédito concedido ao setor público, detentor de grande parte da carteira da instituição, o financiamento aos municípios foi a operação de maior volume nesta carteira. Em 31 de dezembro de 2015, 312 dos 319 municípios do Paraná possuía algum financiamento junto à agência. O total de liberações de recursos ao setor público neste ano somaram R\$ 202,8 milhões, tendo no acumulado uma carteira de R\$ 714,2 milhões.

Dos contratos realizados neste ano, as linhas de crédito SFM (Sistema de Financiamento aos Municípios) e PROMAP (Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras) somam um montante de R\$ 281,6 milhões em operações ao setor público.

Conforme descrito pela Fomento (2016), citam-se os principais objetos financiados pelos municípios paranaenses:

- Pavimentação de vias urbanas,
- Aquisição de equipamentos rodoviários,

- Construção de escolas municipais,
- Construção de Postos de Saúde,
- Manutenção e construção de ciclovias,
- Aquisição de terrenos para: área industrial, conjuntos habitacionais, aeroporto, centro de convívio ao idoso, centro cultural, paço municipal.
- Criação de sistema de gerenciamento de resíduos sólidos,
- Pontes,
- Ginásios de esportes,
- Iluminação pública,
- Infraestrutura tecnológica,
- Parques, praças e áreas verdes.

Como a maioria das empresas de grande porte, a Agência de Fomento possui um planejamento e ações estratégicas para se posicionar no mercado. Entre os anos de 2011 e 2014 a agência foi reestruturada com o propósito de ampliar o apoio aos empreendedores de micro, pequenas e médias empresas. A partir de 2015, a instituição iniciou, conforme denominados pela diretoria, o 2º ciclo do planejamento estratégico. O objetivo deste plano é alterar a empresa a fim de consolidar e prepará-la para os anos seguintes, mantendo o foco na missão de “promover o desenvolvimento sustentável através de apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense”.

A instituição tem como meta mobilizadora gerar R\$ 2 bilhões em financiamento aos setores públicos e privados até o ano de 2018. Para tanto, se esforçará para ampliar e diversificar as fontes de recursos e modelos de financiamento através de novos aportes no capital social ou através da busca por fundos específicos para o desenvolvimento.

Com estas ações estratégicas a agência buscará ser reconhecida como uma instituição base para o desenvolvimento econômico e social dos municípios do Paraná, a fim de contribuir para a melhoria da infraestrutura e a ampliação da base produtiva, promovendo assim o aumento da renda, refletindo assim na qualidade de vida dos cidadãos paranaenses.

3. AS ELITES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE METODÓGICA

3.1. Como as elites determinam desenvolvimento

Como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, a preparação de projetos de desenvolvimento regional passa necessariamente pela identificação dos atores, também denominados agentes do desenvolvimento, que formam o tecido social do território. Para Boisier (1995) estes agentes concretizam o que ele denomina o conceito de sociedade civil. A qualidade, o número e sobre tudo o tipo de cultura de desenvolvimento demonstrada por estes agentes são elementos essenciais para o êxito de um projeto de desenvolvimento.

A cultura de desenvolvimento de uma região por sua vez passa, primeiramente, pela descrição do nível de cooperação e de conflito entre as instituições existente em determinado território. Por conseguinte, é necessário conhecer o conjunto de pessoas neste tecido social que detêm o poder de influência e que configuram os agentes nos quais se formula o projeto de desenvolvimento.

A capacidade de cooperação entre os atores regionais foi amplamente estudada por Stöhr (1990) cujas análises feitas em vários países europeus evidenciaram a existência de uma dupla importância desta relação, por um lado com os indivíduos e por outro, com a natureza das relações sociais interinstitucionais.

É notório que o poder decisório, mesmo em países democraticamente consolidados, é centralizado em uma classe dominante, seja ela constituída pelos governantes (e suas agendas políticas) ou através de atores sociais com poder de influência. Por outro lado é correto afirmar que a pressão da sociedade civil exerce papel fundamental no alcance dos objetivos de políticas de crescimento e desenvolvimento. Entretanto, por se tratar de uma trama complexa e constituída de forma abstrata, a sociedade civil é dividida por diferentes grupos de pressão, dos quais um ou mais grupos dominantes exercem com maior êxito este poder de influência.

Nas ciências sociais, o estudo envolvendo esta relação é conhecido como Teoria das Elites (ou elitismo). Nascida na metade do século XIX, a teoria se firmou como uma crítica às ideias democráticas e socialistas que se apresentavam naquele período. Entre os principais formuladores deste pensamento certamente destacam-se os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. O argumento central destes autores é de que em qualquer sociedade, época ou lugar, haveria sempre um grupo de menor composição, uma elite que, por seus dons, suas competências e recursos aos quais disponibilizavam, acabariam por se destacar do restante da sociedade, detendo assim o poder sobre a maioria.

O processo de influência e dominância das elites sobre determinado país ou região foi apresentado por Mills no livro *A Elite do Poder* de 1956. O estudo é baseado no sistema de dominância existente nos Estados Unidos. O autor argumenta que a base do poder nacional é estruturada no domínio econômico, político e militar. A cúpula destes três domínios surge das altas rodas que constituem as elites econômicas (através dos executivos), política (por meio dos diretórios políticos) e militar (através da elite de soldados).

Nos estudos mais recentes sobre tema, a apresentação passou de uma análise crítica ao igualitarismo e à democracia, tornando-se uma teoria mais concisa, visando demonstrar que qualquer sistema político, até mesmo o democrático, é suscetível ao domínio das minorias (PERISSINOTTO e CODATO 2015). Por outro lado, defendem que na democracia, não há uma elite engessada, fechada em um grupo que interage e se reproduz internamente, e sim aberta, passível de ser renovada por meio de um processo de livre concorrência pelos votos do eleitorado (GRYNSZPAN 1999).

DiCaprio (2012) resume a definição atual para elites como indivíduos que estão altamente colocados na distribuição da riqueza e das classes dominantes, existente no topo de cada nível da sociedade. Em resumo, o pensamento atual se refere à um distinto grupo dentro da sociedade que aproveita de certa posição privilegiada para exercer controle decisivo sobre a organização da sociedade. Neste ponto, a autora defende que tal poder não requer, necessariamente, riqueza ou títulos oficiais. Para Robison (2010), em alguns pontos as elites criam instituições que vão se adaptando em certos ambientes. Isto significa que elas

constroem dinastias através das quais seus descendentes vão formando futuras gerações.

Os canais de influência das elites foram abordados por Amsden (2009). A economista defende que essa influência deriva da capacidade dessas elites de controlar e comercializar os recursos demandados, particularmente aqueles com alto valor monetário. O impacto ocorre nos resultados obtidos através das escolhas feitas por esta elite, principalmente sobre a redistribuição que podem parecer óbvias, embora nem sempre transparentes.

Alocação de recursos é a mais direta forma de atuação das elites e que afetam o crescimento e desenvolvimento econômico de um país ou região. Este caminho pode ser seguido por duas vias distintas. A primeira opção é escolher redistribuir recursos a fim de aumentar o emprego, reduzindo desta forma a desigualdade da renda. Outra via é direcionar os recursos para grupos sociais favorecidos e ineficientes sem valor agregado, almejando somente a atuação como *rent-seeking*². Outro fato sobre a alocação dos recursos é que as elites também são capazes de formar decisões sobre produção e tecnologia. O proprietário dos fatores de produção pode optar por gerar inovação aumentando desta forma a produtividade e diversificação da empresa ou, podem forçar os limites na utilização dos recursos existentes não considerando a sustentabilidade futura.

Outro canal de domínio das elites que gera impactos no desenvolvimento econômico é a influência política. Muitos atores sociais não possuem particular poder de uma posição oficial, porém possuem grande trato de influência sobre os legisladores, seja através do poder intelectual ou forte atuação nas mídias. É fato que estes atores não possuem força para aprovar uma lei, entretanto são capazes de influenciar o processo decisório que aloca recursos dentro de uma sociedade.

No longo prazo, outro canal de influência é o poder das elites em administrar recursos para elaborar e criar instituições a fim de favorecer seus interesses, impactando diretamente o crescimento e desenvolvimento econômico. A finalidade destas instituições é promover a participação no fluxo das informações ou apenas consolidar a posição de um grupo em particular dentro da

² Rent seeking é o uso de recursos de uma companhia, organização ou uma pessoa para obter ganho financeiro através da manipulação do ambiente social ou político sem gerar algum benefício para a sociedade. Um exemplo são os casos de Lobby para haver proteção tarifária em certos setores.

estrutura de governo. Do mesmo modo, outra característica de controle é a capacidade de influenciar diversos atores da sociedade civil (elites e não elites), agindo na forma que a sociedade compreende diferentes temas. O processo se baseia na capacidade de distribuir ou reter informações e influenciar meios de comunicação.

Os diversos canais dos quais as elites utilizam para influenciar e direcionar o crescimento e desenvolvimento econômico de uma região mostra o quão vasto e complexo pode ser tornar um sistema de dominância. A atuação direta na alocação de recursos ou indireta através da influência política ou institucional indica a existência de uma vasta rede que pode haver numa determinada região. A próxima seção deste trabalho estruturará uma metodologia de trabalho do objeto de estudo proposto com o objetivo de analisar e retratar tal complexidade na relação entre os atores envolvidos na Agência de Fomento do Paraná que detêm o poder de influência, impactando nas decisões de projetos de financiamento.

3.2. Metodologia de estudo do poder decisório da Agência de Fomento.

Tendo como objetivo deste trabalho identificar quais atores pertencem à elite que influencia nas decisões da Agência de Fomento do Paraná (consequentemente as ferramentas de desenvolvimento regional desta instituição), o primeiro problema a ser resolvido em pesquisas do gênero é: como definir e diferenciar elite de não-elite e como operacionalizar estas definições em um desenho de investigação empírica.

Para tanto, a metodologia será desenvolvida em duas partes: a primeira utilizará a abordagem posicional desenvolvida por Mills (1956), cujas ideias foram apresentadas na seção anterior. A abordagem posicional é necessária para identificar os indivíduos existentes no tecido social. Esta associação serve para compreender, conforme Boisier (1995) o tipo de cultura de desenvolvimento existente: a interação de cooperação entre os atores do desenvolvimento. É necessário conhecer o conjunto de pessoas neste tecido social que detêm o poder de influência e que configuram os agentes das quais se formula o projeto de desenvolvimento promovido pela Agência de Fomento do Paraná.

Por outro lado, esta abordagem possui algumas limitações, sendo necessário, desta forma, ser complementada por uma Análise de Redes Sociais (ARS) a fim de mensurar como estes atores se organizam de forma relacional em um ambiente em torno da Agencia de Fomento do Paraná.

A abordagem de Mills (1956) é certamente a mais utilizada para a análise de elites³. Na teoria do autor, a elite é composta por aqueles que “ocupam as posições estratégicas de comando da estrutura social”. Segundo Perissinotto e Codato (2015), por se tratar de uma situação na qual há o domínio das principais hierarquias e instituições da sociedade, sendo estas políticas, militares e econômicas, denomina-se a esta abordagem como **posicional**, ou seja, a elite é discriminada pelas posições de comando que ela ocupa. Para os autores a grande vantagem desta abordagem é a de identificar o maior número possível de indivíduos influentes.

Na análise em perspectiva relacional as posições dos atores são institucionais, ou seja, o que importa é estar nas posições formais, obtendo assim o domínio das três grandes instituições da sociedade. Para Mills, a capacidade de ser célebre, ser rico e ter poder exige do indivíduo acesso às principais instituições, assim há demasiado valor para estes, pois são estas posições que lhes permitem a oportunidade de ter e conservar tal capacidade.

Com base no princípio desenvolvido pelo sociólogo Mills no qual elite significa o grupo social que **ocupa**, **controla** e **comanda** as principais instituições, Perissinotto e Codato (2015), formulam uma lista de procedimentos “metodológicos”, para o estudo de grupos de domínio. A base destes procedimentos será utilizada para a formulação da primeira parte da metodologia de análise do objeto de pesquisa, uma vez que, segundo os autores, elas são adaptáveis para uma instituição em particular.

Conforme os autores, o primeiro passo é questionar quais são as instituições mais importantes no ambiente. O cerne da questão é compreender que as sociedades são históricas e suas características variam no decorrer do

³ Entretanto não é a única. Outras duas abordagens são consagradas pelos acadêmicos das ciências sociais. A saber: Floyd Hunter cuja abordagem está descrita no livro *Community Power Structure: A Study of Decision Makers* de 1953 no qual no autor desenvolve o método **reputacional** e; Robert Dahl, cujos princípios do método conhecido como **decisional** foram sistematizados num artigo publicado na *American Political Science Review* em 1958 denominado *Critique of the Ruling Elite Model*. No entanto, por se tratarem de metodologias que demandam pesquisa do tipo *Survey* (reputacional) e teste de hipótese (decisional), optou-se por não utilizar tais métodos por não se enquadrarem na proposta deste trabalho.

tempo. Nenhuma instituição ou organização consegue concentrar sempre todos os meios de poder. Assim, o primeiro passo é elencar todas as instituições que se inter-relacionam com a Agência de Fomento do Paraná.

Uma vez determinada as principais instituições, o segundo passo é descrever seus traços fundamentais, verificar se há abrangência de poder e se ele afeta a vida dos demais indivíduos. Por conseguinte, como estas instituições exercem o poder (monopólio, oligopólio ou são concorrentes).

O terceiro passo é baseado na formulação feita por Mills de que as “elites de poder”, através das cúpulas das instituições estão ou não ligados entre si e entre a Agência de Fomento do Paraná e como funciona essa ligação. Os pontos a serem levantados neste passo é se há evidências de conexões entre os indivíduos que comandam as ordens institucionais principais e qual a intensidade dessas conexões.

O quarto passo, seguindo os autores, é determinar que tipo de *recurso social* confere o poder ao grupo ou aos grupos mais importantes. A questão neste passo é a seguinte: A teoria de Mills determina que a elite é o grupo que goza do máximo que se pode ter (dinheiro, poder e prestígio), itens que também são valorizados pelo restante da sociedade. Desta forma, é necessário descobrir a origem do prestígio, do poder e do dinheiro.

O quinto ponto é a determinação do tamanho da elite que realmente detêm o poder decisório. Neste ponto, estes indivíduos fazem parte das altas rodas, como executivos, políticos e comandantes militares que tomam as decisões capazes de afetar a Agência de Fomento do Paraná.

O sexto e último elemento a ser elencado é a delimitação do tipo de unidade desse grupo. Conforme os autores, um grupo de elite pode estar fechado em si mesmo devido à sua: i) unidade psicológica, neste caso o grupo partilha a mesma hierarquia de valores, as mesmas concepções de mundo e os mesmos princípios; ii) unidade com base em interesses, sendo que as relações entre os indivíduos que comandam podem gerar uma unidade de interesses afins entre eles que devem ser perseguidos pelo grupo e; iii) unidade de ação, tendo a proximidade entre os interesses perseguidos pelas cúpulas das instituições envolvidas e que pode produzir uma ação coordenada entre elas com o intuito de atingirem seus fins (MILLS, 1956 *in* PERISSINOTTO E CODATO, 2015).

Em resumo, o quadro 7 apresenta a delimitação os dados a serem determinados na pesquisa:

Quem são os indivíduos que detêm o poder na Agência de Fomento.	
Quais as instituições formalmente descritas com poder decisório?	Qual o tipo de poder desse grupo e como ele é exercido?
Esses indivíduos formam um grupo coeso?	Que recursos eles conseguem mobilizar para chegarem e manterem nessa posição?
Quais as características desses indivíduos?	Qual o tamanho e o que os mantém unidos em torno da AFPR?

Quadro 5 - Delimitação dos dados estudados
Elaboração do autor

Após o levantamento dos dados, a segunda parte da metodologia a ser aplicada neste trabalho é a composta pela Análise de Redes Sociais (ARS). Esta análise se faz necessária uma vez que a abordagem posicional por si só traz um estudo estático, sendo que a unidade analisada é o indivíduo e o objeto desta análise é quanto de capital político esses indivíduos conseguem aumentar. Desta forma é necessária uma análise da conexão entre os integrantes do grupo que auxiliam na compreensão da coesão de identidade da elite.

Desta forma, é necessário aprofundar esta análise para que esta deixe de ser estática e revele a interconexão entre os membros da elite de domínio nas decisões da Agência de Fomento do Paraná. A intensão é analisar o conjunto de relações formadas entre os agentes desta instituição e as instituições que a rodeiam e que participam das decisões uma vez que, por meio da estrutura do Estatuto social da agência, as decisões não são tomadas de forma independente. Há, nesta constituição, além da diretoria executiva, a presença da figura do governador do Estado do Paraná, juntamente com a constituição de um conselho de administração composto por membros de outras entidades, conforme descrito na seção 2.3 deste trabalho.

Conforme Cervi (*apud* PERISSINOTTO E CODATO,2015), a ARS é a mais adequada para estudos em que o objetivo é identificar padrões relacionais e não

as características individuais daqueles que fazem parte da rede, mais precisamente:

A ARS permite identificar que tipo de relação existe entre os integrantes da rede, quais são os componentes centrais com forte presença na rede e quais são os componentes periféricos, com participação mais fraca. (CERVI apud PERISSINOTTO E CODATO, 2015).

Segundo Souza e Quandt (2008) a ARS é fundamentada sob três teorias: i) A Teoria dos Grafos; ii) A Teoria Estatística/Probabilística e iii) os modelos algébricos. A primeira privilegia uma análise descritiva/qualitativa dos dados coletados. Por outro lado, os dois últimos métodos são mais utilizados para teste de hipótese e análise de redes multirelacionais.

A teoria dos grafos, voltada para a análise descritiva e qualitativa (base teórica utilizada para a segunda parte do método deste trabalho), foi desenvolvido e muito utilizado nas décadas de 50 e 60 e se baseia na visão da rede como um conjunto de ligações feitas através de nós (nodes) unidos por elos/laços (ties). Cervi (in PERISSINOTTO E CODATO, 2015), conceitua os principais elementos da ARS como:

- a) **Grafo:** Representação gráfica de uma rede interativa.
- b) **Nós (Nodes) ou vértices:** Indivíduos (atores) ou grupos de indivíduos, corporações, comunidades, departamentos, etc.;
- c) **Laços (Ties) ou Arestas:** São *Elos relacionais*⁴ estabelecidos por uma conexão ou troca de fluxos entre dois atores. Podem ser definidas por opiniões pessoais, afinidades, transferência de recursos, interações, filiações a entidades, etc.;
- d) **Cluster:** Conjunto de nós fortemente conectado, grupo de nós;
- e) **Grau ou Valência:** de um vértice de um grafo é o número de arestas incidentes para com o vértice, com os laços contados duas vezes.
- f) **Relação unidirecional /bidirecional:** Elo relacional formado por atores do mesmo tipo;

⁴ Terminologia encontrada em Souza e Quandt (2008)

- g) **Densidade:** análise da proporção de linhas existentes no Grafo em relação ao máximo de linhas possíveis;
- h) **Modularidade:** Mede a homogeneidade dos integrantes da rede;
- i) **Centralidade:** O número de vértices do nó com mais vértices determinará o grau de centralidade do ator principal da rede;
- j) **Proximidade:** Indica a distância entre cada integrante da relação;
- k) **Intermediação:** Aplica-se aos casos em que há uma relação indireta entre os integrantes de determinada rede;
- l) **Distância Geodésica:** É a menor distância (medido em caminhos, ou paths) entre dois nós. Indica qual o grau de proximidade ou distanciamento entre os vértices em uma rede.

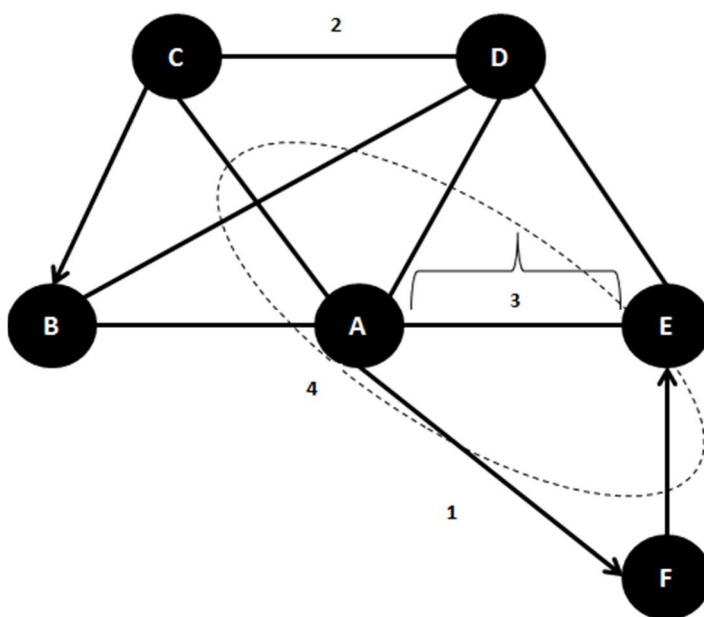


Figura 1 - Representação de um Grafo
Extraído de Perissinotto e Codato, 2015.

A figura 1 exemplifica o conceito dos principais componentes de uma análise de rede, os pontos na ilustração representados pelas letras (A, B, C, D, E, F) são os nós, considerados como ponto de convergência. No exemplo de Cervi a rede é formada por seis atores que podem adquirir diversas características. Os Nós (atores) são ligados por vértices ou arcos, que podem ter uma relação unidirecional (em forma de arcos), quando a relação possui somente uma direção

e são indicados por uma seta, como no caso do arco (1) que faz uma relação em direção única de (A) para (F). Ou tipo de ligação é considerado como bidirecional, quando a direção dos elos é indefinida, a exemplo do vértice (2), ligando os atores (C) e (D).

O grau de centralidade é mensurado através do montante de arestas, elos ou arcos ligados a um nó. Assim, quanto maior o número de ligações, mais central é o nó. O grau é denominado pelo número de ligações a um vértice, assim, no exemplo, o ator (A) é o mais central por apresentar o maior número de ligações (graus) a outros vértices.

O item (3) da figura indica a proximidade entre os vértices, ou seja, quanto maior a distância, menor a força da relação. Outro fator mensurado através da distância entre os atores é a Distância Geodésica Média, ela indica o grau proximidade ou distanciamento entre os vértices em uma rede. Em outros termos, quanto mais próximos estiverem, mais densa será a rede, indicando maior relação entre os atores. Outro ponto é a relação de intermediação entre os atores. Ela é determinada nos casos em que incorre uma relação indireta entre os atores da rede, como no caso do ator (A) que intermedia (B) e (F), uma vez que não há um laço direto entre eles (assim, sem relação direta).

A modularidade, que mede a homogeneidade da distribuição pode ser vista no exemplo acima através do elemento enumerado (4), no qual demonstra que há uma distribuição maior do lado direito, tendo por outro lado uma concentração maior do lado esquerdo. Tal formato indica que há relações heterogêneas entre os integrantes da rede. Outro fator é a distorção da modularidade através da existência de um nó fraco (F), distante de centro com menor número de ligações. Em contraponto há os pontos (B) e (C) com maior proximidade do centro (A) com maior homogeneidade de distâncias entre si e o restante dos atores. Desta forma, o consideramos como atores fortes.

Uma vez compreendido o conceito de ARS bem como os elementos que compõe o método, parte-se para a etapa do processo metodológico que elenca os elementos a serem utilizados para análise. Para isto, utiliza-se a primeira ferramenta proposta, sendo efetuada uma discriminação dos atores através do método posicional de Mills.

Primeiramente, é necessário compreender que a Agência de Fomento do Paraná é uma empresa de sociedade mista, com maioria societária pertencente

ao Governo do Estado. Sendo assim, quem determina e nomeia a diretoria para a administração é o **Governador do Estado**. Este ator será nosso primeiro nó a ser elencado. Posteriormente, o estatuto social da instituição, prevê a nomeação de 6 membros da diretoria. Tem-se desta forma como atores (nós): **Diretor-Presidente; Diretor Administrativo-Financeiro; Diretor Jurídico, Riscos e Compliance; Diretor de Mercado e Relações Institucionais; Diretor de Operações do Setor Público e Diretor de Operações do Setor Privado.**

Por outro lado, a administração da Agência deverá ser exercida (em conjunto com a Diretoria) por um Conselho de Administração que, por determinação de Leis estaduais, deverá ser composta obrigatoriamente pelos: **Secretário de Estado da Fazenda; Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano; Chefe da Casa Civil; Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP; Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP; Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná FACIAP e o Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná.**

Entende-se que, para cada Associação ou Federação participante do Conselho de Administração, há uma cadeia decisória composta pelos seus diretores. Desta forma, estes atores serão inclusos como atores na posição de influência dentro da Agência de Fomento.

Dentro da teoria de Mills, uma das características da elite é a existência de indivíduos que detêm o domínio das principais instituições da sociedade. Assim faz-se necessário inserir no elenco dois quesitos importantes no entorno da Agência de Fomento: A posição política e econômica.

É fato de que a Agência é influenciada por decisões políticas, principalmente pela capacidade de gerar e distribuir recursos financeiros, podendo servir de instrumento para interesses eleitoreiros. Desta forma, faz-se necessário mensurar o grau de influência que os partidos políticos possuem na Agência. Para isto, cada ator que possua qualquer **afinidade partidária**, seja ela através de filiação propriamente dita, ou que tenha recebido qualquer doação em campanha oriunda dos atores elencados, será inserida como um dos 'nós' na análise.

Em complemento, da mesma forma que a influência política pode pesar sobre os caminhos da instituição, é fato que o campo econômico também pode exercer o mesmo papel dentro desta. Assim, outro elemento inserido na pesquisa será a existência de qualquer vínculo dos atores com empresas de propriedade destes ou que possua qualquer parte societária, elencando assim o **ramo de atividade empresarial existente**.

A descrição dos atores procurou atender os princípios básicos do método posicional desenvolvido por Mills e aprimorado por Cervi (*apud* PERISSINOTTO E CODATO, 2015), identificando quais os indivíduos que detêm o poder decisório, quais instituições são formalmente envolvidas nas decisões tomadas, quais as características destes indivíduos (relação com a política e o empresariado). O segundo passo é juntamente com estes dados pré-selecionados aprofundar a análise desenvolvida por Mills através da Análise de Redes Sociais, no intuito de responder outros pontos como a coesão do grupo, quais exercem maior poder e qual o tamanho e o que os mantêm unidos em torno da Agência de Fomento do Paraná. Desta forma, o capítulo 4 discorrerá sobre a análise prática do método ARS com o auxílio do *software* Gephi,

4. OS TOMADORES DE DECISÕES NO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APLICAÇÃO À AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ

Nos capítulos anteriores, foram apresentadas as bases para a compreensão da relação entre o desenvolvimento econômico regional e os elementos responsáveis por este processo. A teoria é baseada nos estudos de Boisier sobre o Hexágono do desenvolvimento regional. Tal modelo assume que os elementos principais para o sucesso do desenvolvimento regional são atores, os recursos, a cultura, as instituições, os procedimentos e o entorno da região onde ocorre o projeto de desenvolvimento regional. O autor defende a necessidade da participação da sociedade civil neste processo para que ocorra a descentralização do poder e das decisões, uma vez que são elementos institucionais fundamentais para o bom desempenho de um projeto de desenvolvimento regional.

Por outro lado, estudos sociais demonstram que mesmo em sociedades com democracias consolidadas, há a predominância de um grupo com maior poder de influência nas principais instituições de um país ou região, tais grupos são denominados por estes estudiosos de Elites (conforme descrito na seção 3.1).

Desta forma, neste capítulo pretende-se identificar quais atores são fundamentais para o processo decisório na Agência de Fomento do Paraná na gestão formada para o mandato de 2015 a 2018. Para tal propósito será aplicado a abordagem posicional para compreender quais são os atores (interno e externos) com poder de decisão na Agência. Posteriormente, com auxílio da ARS (Análise de Redes Sociais) almeja-se identificar a relação entre estes atores, a intensidade e a homogeneidade, bem como verificar a modularidade da rede: se há a formação de *clusters* de acordo com a força de suas conexões.

4.1. Levantamento dos Atores

O primeiro ponto a ser considerado na análise é a estrutura de formação das normas que regem o comando na Agência de Fomento do Paraná. As cláusulas do Estatuto Social (que pode ser comparado à certidão de nascimento

de uma sociedade sem fins lucrativos) da Agência de Fomento definem que a administração será exercida por um Conselho de Administração, descrita através da figura 2:

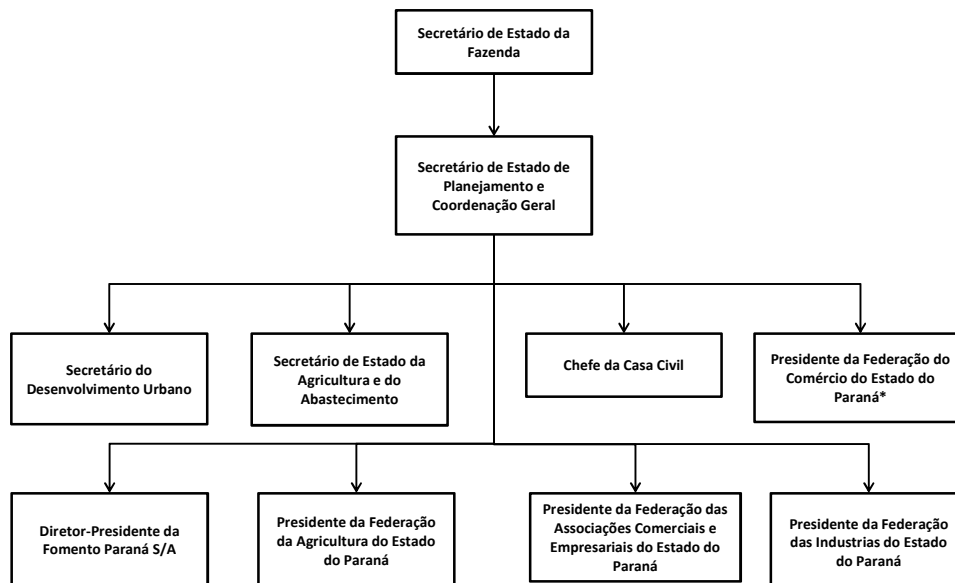


Figura 2 - Conselho de Administração da Fomento do Paraná
Fonte: Agência de Fomento do Paraná

Ao mesmo tempo, é preciso verificar que há um grupo dentro da instituição que possui o poder decisório, tal grupo compõe o corpo diretor descrito na figura 3. Este poder infere nas decisões de análise e liberação de crédito conforme explicitado no capítulo 2 deste trabalho.

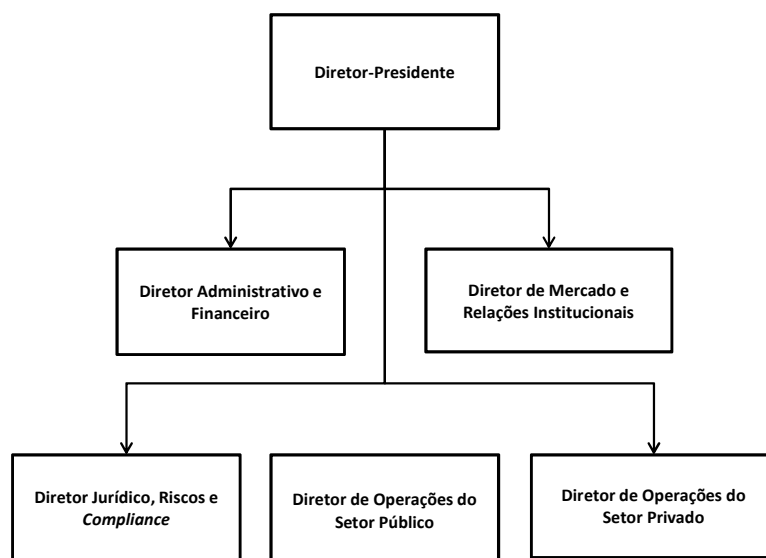


Figura 3 – Cargos com poder decisório
Fonte: Agência de Fomento do Paraná

Em complemento à diretoria da Agência na constituição do Conselho de Administração, quatro órgãos de representação de classes possuem poder de deliberação sobre as atividades desta instituição. Desta forma, estes órgãos também serão analisados, tendo seus principais atores elencados no estudo.

Para a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) foram elencados além de seu Presidente, outros nove integrantes que constam na linha de sucessão de comando denominados diretamente por vice-presidentes. Por sua vez, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), possui uma estrutura mais concisa, possuindo apenas três gestores (Presidente, Diretor-Secretário e Diretor-Financeiro). Para a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP), quatro atores são descritos: Presidente, Vice-Presidente Adjunto, Vice-Presidente para Projetos Estratégicos e Vice-Presidente para o Setor de Sociedades Garantidoras de Crédito. Já para a Federação do Comércio do Estado do Paraná (FECOMÉRCIO) a estrutura é similar à primeira elencada, possuindo um Presidente e nove vice-presidentes com diversas atribuições.

O segundo ponto analisado é a possibilidade da existência de vínculos destes atores com atividades partidárias (seja por vínculo direto ou por afinidades). Desta forma, procurou-se analisar através da relação de filiados,

disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Outra fonte para verificar vínculo indireto é a análise do registro de doações às campanhas partidárias, disponível através do Laboratório Dados Abertos Brasil. Os partidos encontrados na pesquisa foram o **DEM**, **PDT**, **PMDB**, **PSD**, **PSDB**, **PT** e **PTB**. Um ator (nó) pode ter efetuado doações há diversos partidos, desta forma, para evitar que a descrição destes partidos gere um peso indevido de vínculo ou afinidade, foi classificado na pesquisa como “OUTROS”.

O terceiro ponto é a relação dos atores com setor empresarial. Para tal verificação fora consultado páginas eletrônicas disponíveis em sítios de buscas. Desta forma, fora analisado a existência de alguma sociedade empresarial vinculada aos atores elencados, procurando descartar qualquer caráter homônimo. As empresas das quais os atores possuem vínculo societário foram transformadas em setores e elencadas como: **Administração de Bens; Advocacia; Armazenagem; Comercio; Construção Civil; Consultoria; Fertilizantes; Holdings; Imobiliário; Indústria da Cana; Indústria da Madeira; Indústria de Etanol; Indústria de Laticínios; Indústria Gráfica; Indústria Moveleira; Mercado da Soja; Metalurgia; Setor Têxtil; Telefonia e Usina de Açúcar.**

4.2. Análise de Redes Sociais (ARS)

Coletado os dados, foi formada uma matriz relacional para o estudo através da Análise de Redes Sociais, efetuado com o auxílio do *software* Gephi: projeto desenvolvido na França com plataforma interativa de visualização e análise de todos os tipos de redes e sistemas complexos, com grafos dinâmicos e hierárquicos. O programa utiliza-se de algoritmos para a formação de *layouts*, uma vez que o grafo pode ser representado de várias formas, por isso os algoritmos são importantes para a modelagem da rede para que ela fique com uma estrutura limpa demonstrando assim possíveis clusters ou comunidades da rede. O algoritmo mais utilizado nas pesquisas é o denominado “Force Atlas 2”, layout de força adicionada que simula um sistema físico. Neste, os nós se repulsam enquanto as arestas atraem os nós que elas conectam (similar às molas). Tais forças simulam um movimento que converge para um estado de equilíbrio, desta forma a representação da força direcionada tem a singularidade

de colocar a função de um nó para todos os outros, levando em consideração a característica única de cada um deles. Neste layout, deve-se comparar um nós com os demais e não levar em consideração a posição de um nó específico. (JACOMY, Mathieu. *et al*, 2011).

Uma vez compilados os dados, é formada uma matriz contendo todos os elementos e todas as combinações de atores localizadas na coleta dos dados. Desta forma, os dados são inseridos no *software* Gephi para que seja executado o processo de análise de rede social. A visão geral do grafo é apresentada na figura 4.

A rede formada possui **73 nós** e **100 arestas** e não foi evidenciado formação de clusters, com um único grupo. No entanto, foi localizada a formação de subgrupos ou comunidades (vistos mais adiante). A relação utilizada é de grafos *unidirecionais*, considerando que os atores interagem de forma tanto a influenciar a Agência de Fomento como no movimento inverso.

Para análise da **Centralidade** foi utilizado o modelo de **Centralidade de Vetor Próprio** (*eigencentrality*), que é a medida de influência de um nó em uma rede. Tal análise é baseada no conceito de que as ligações para os nós de alta pontuação contribuem mais para a pontuação do nó em questão do que ligações iguais a nós de baixa pontuação. Os nós que obtiveram maior centralidade foram a Agência de Fomento (como esperado), com grau 1,0; em segundo lugar o PSDB com 0,186 e em terceiro lugar ficou dividido entre a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e a Federação do Comércio do Estado do Paraná (FECOMERCIO), ambas com 0,133 de grau de centralidade.

id	label	eigencentrality
1	FOMENTO	1,000
45	PSDB	0,186
14	FIEP	0,133
17	FECOMERCIO	0,133
71	COMERCIO	0,080
62	CONST. CIVIL	0,067
16	FACIAP	0,053
15	FAEP	0,040
58	IMOBIL.	0,040
55	ADM. BENS	0,027
59	TEXTIL	0,027
61	METALURGIA	0,027
72	ADVOCACIA	0,027

Tabela 4 - Grau de Centralidade

Fonte: Gephi

O **grau** (valência) de um vértice, utilizado para mensurar o número de arestas incidentes para com os vértices, foi levantado para cada ator identificado no processo. Os maiores atores (nós) são similares aos encontrados na análise de centralidade, tendo a Agência de Fomento em primeiro lugar (16), seguidos do PSDB (14) e da FIEP e da FECOMERCIO, ambas com grau 11. O grau médio é de 2,74, demonstrando que os principais atores estão com graus acima da média.

id	label	degree
1	FOMENTO	16,00
45	PSDB	14,00
14	FIEP	11,00
17	FECOMERCIO	11,00
18	PRES. FAEP	6,00
71	COMERCIO	6,00
16	FACIAP	5,00
62	CONST. CIVIL	5,00
15	FAEP	4,00
31	PRES. FACIAP	4,00

Tabela 5 - Grau ou Valência
Fonte: Gephi

A Distância geodésica média (distância média de todos os pares de vértices a partir da menor distância entre dois vértices) é relativamente alta (1,213), indicando que há uma relevante distância entre os vértices da rede e por consequente uma baixa densidade da rede (0,019). Estes dados apontam que há pouca integração entre os componentes.

O resultado que verifica a formação de Clusters foi nulo, uma vez que a **modularidade** desta rede é baixa (0,617). Deste modo, é constatado que a distribuição da rede ocorre de maneira homogênea, gerando subgrupos (ou comunidades) dentro dela. Para esta análise, foram encontradas seis comunidades na rede, conforme disposto na abertura do grafo abaixo:

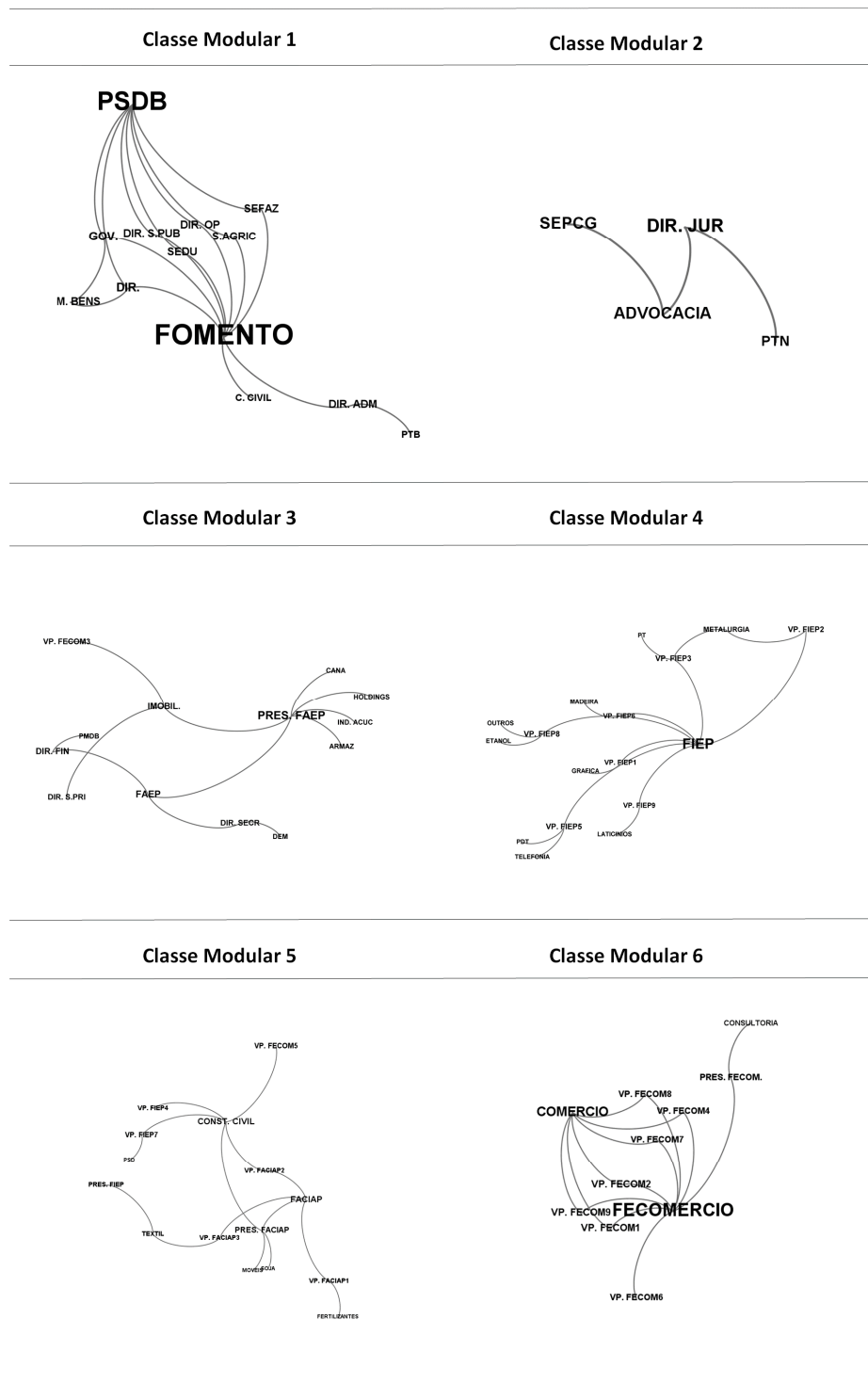


Figure 5 - Distribuição das Classes modulares
Fonte: Gephi

É fato que as comunidades encontradas não possuem características de intensa ligação entre os atores, uma vez que já foi identificada a baixa densidade e a modularidade dos nós. Bem como as ligações não significam ligação direta, mas em alguns casos a ligação é somente por área de trabalho, como no caso da

comunidade 3, onde o setor imobiliário liga o vice-presidente da FECOMERCIO com o Diretor de Setor Privado da FAEP. Outros casos é óbvia a ligação por interesses de negócios como na Comunidade 4, onde a Indústria da Metalurgia liga dois vice-presidentes da FIEP, outra situação com maior clareza é a comunidade 6, onde grande parte dos atores possuem relação com o comércio. Entretanto, é de grande importância analisar dois fatos sobre a principal comunidade da rede de comando da Agência de Fomento do Paraná: O primeiro grupo. O primeiro trata do alto grau de ligação que o PSDB possui com a Agência. De fato, isso se deve pelo sistema de indicação feita pelo governador do Estado, que pertence à legenda. Por outro lado, o excesso de indicações expõe uma realidade dos governos de coalisção existentes no Brasil, onde muitas vezes a capacidade técnica dos indicados não é levada em consideração, sendo estes indicados alocados em cargos estratégicos. Havendo assim o risco de cargos extremamente estratégicos para a instituição se tornar “cabide de empregos” de aliados de governos, prejudicando o bom andamento da Agência.

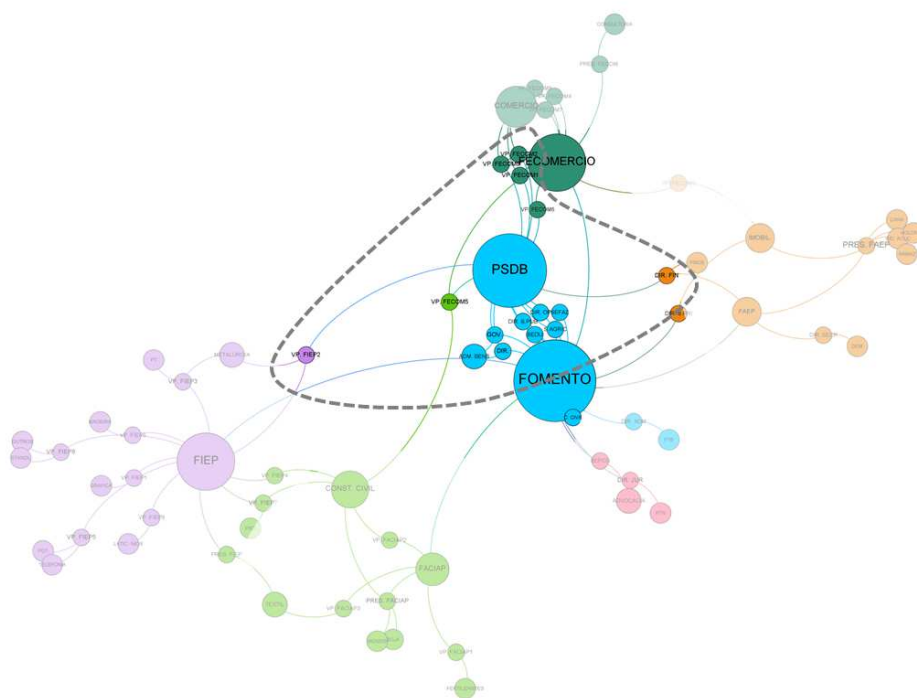


Figure 6 - Região Central do Grafo - Relação do PSDB
Fonte: Gephi

O segundo ponto a ser considerado é a ramificação do Partido em todas as instituições de controle da Agência de Fomento do Paraná, conforme demonstra a figura 6. Embora as Federações não possuam caráter político, é evidente que há uma identificação ideológica de alguns membros destas instituições com o PSDB em relação aos demais. Logicamente não há, necessariamente, uma ligação direta entre o partido e estes atores, pois conforme já informado, muitas destas ligações são por identificação com a proposta (através de doações) e outras por filiação direta. No entanto, um ponto de reflexão é a possível dificuldade de negociação entre a Agência de Fomento e as entidades de classes envolvidas num eventual governo de ideologia distinta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi avaliar quais atores pertencem ao círculo decisório da Agência de Fomento do Paraná. Neste contexto envolve-se a capacidade da instituição em direcionar seus recursos a fim de promover o desenvolvimento regional, objeto social da mesma.

A literatura existente sobre o tema aponta os elementos fundamentais no processo de desenvolvimento regional, aspectos demonstrados principalmente nos trabalhos de Boisier (1981, 1996, 1999), que entre as diversas visões sobre o desenvolvimento econômico da América Latina, propõe a compreensão do processo como um hexágono, contendo seis elementos, sendo estes: a) Atores, b) Recursos, c) Cultura, d) Instituições, e) Procedimentos e, f) Entorno.

Outro fator importante no estudo dos atores do desenvolvimento regional apresentado por Boisier (1990) é o papel da descentralização das decisões e a atuação da sociedade civil neste processo, ao entrar neste campo de estudo, torna-se necessário compreender que são estes agentes que operacionalizam o processo de desenvolvimento regional, sendo esta sociedade responsável por uma facilitação e aumento na velocidade na tomada de decisão do desenvolvimento. Por outro lado, o autor aponta que aspectos como a qualidade, o número e o tipo de cultura de desenvolvimento demonstrado pelos atores são de extrema importância no êxito de um projeto de desenvolvimento regional, uma vez que a capacidade de cooperação destes atores regionais dará o tom e a forma deste desenvolvimento.

Neste ponto, entra em cena a capacidade de poder decisório que, na maioria dos países, é centralizado num pequeno grupo ou classe dominante, seja através dos governantes ou de atores sociais com poder de influência. Assim, passa-se a somar na análise a Teoria das Elites. A forma na qual as Elites determinam o desenvolvimento é condição fundamental para prosseguir na análise da Agência de Fomento. A teoria aponta que é através da alocação de recursos que as elites afetam o crescimento e o desenvolvimento, reduzindo poder produtivo de um capital em busca do lucro ou aumentando a capacidade produtiva, alocando de forma a criar inovação dos fatores de produção, gerando um fator de sustentabilidade no longo prazo. Outro canal apontado na teoria é a

influência política que, ao invés de decidir sobre investimentos de um capital em particular, permite dar o poder de decisão a estes atores em diversos setores da sociedade de um país ou uma região.

Neste estudo, verificou-se que a elite da Agência de Fomento consiste numa base principalmente com uma forma ideológica partidária, a baixa densidade demonstra que não uma configuração partidária de comando explícita na Agência de fomento do Paraná. No entanto, o alto valor da modularidade demonstra que os atores compartilham das mesmas ideologias partidárias, sendo assim há uma tendência de que para as decisões tomadas no comando das políticas de desenvolvimento sejam levadas em consideração os princípios de um partido dominante, uma vez que o vínculo com este partido é encontrado em diversos atores envolvidos no poder decisório da Agência de Fomento do Paraná, muito mais do que os setores da economia (Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio e Serviços).

Os resultados encontrados neste trabalho demonstram como são organizadas alianças entre partidos políticos em busca de um objetivo específico. Os acordos geralmente buscar reforçar a base aliada com a promessa distribuição de cargos em um futuro governo. Entende-se desta forma que a administração pública fica condicionada muitas vezes aos interesses dos partidos políticos. Entretanto, neste estudo verificou-se que, além da Agência de Fomento, entidades de representação de classes também possuem inclinações a certas ideologias políticas, trazendo à tona as possíveis adversidades no processo de desenvolvimento econômico regional no caso de um governante de um partido contrário ao partido da situação.

6. REFERENCIAS

AMARAL FILHO, J. **“Desenvolvimento Regional Endógeno: (Re) construção de um conceito, reformulação das Estratégias.”** Revista de Economia Nordeste, n. jul/set. (1995): 325-346.

AMSDEN, A. **“Aligning Elites with Development.”** WIDER Angle newsletter. 2009. <https://www.wider.unu.edu/publication/aligning-elites-development> (acesso em 11 de Novembro de 2016).

ARAUJO, V. L. de, M. J. de S. PIRES, M. F. da SILVA, e D. A. de CASTRO. **“O Sistema Brasileiro de Instituições Financeira Subnacionais para o Desenvolvimento: Um Panorama.”** IPEA: Texto para discussão nº 1626, 2011: 43.

BERVEJILLO, F. **“Territorio en la globalización: Cambio global y estrategias de desarrollo territorial.”** Ciclo de conferencias sobre conocimiento, globalización y territorio, 1995.

BOISIER, S. **“Política económica, organización social y desarrollo regional.”** Caderno ILPES, 1981.

BOISIER, S. **“Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político.”** Planejamento e Políticas Públicas (IPEA) 13 (1996).

BOISIER, S. **“La Descentralización: Un tema difuso y confuso.”** Caderno ILPES, 1990.

—. **“El difícil arte de hacer region - El proyecto de desarrollo de la Región del Biobío en Chile.”**Serie Investigación - ILPES, 1992: 56 p.

—. **Teorías y metáforas sobre desarrollo territorial.** Santiago do Chile: CEPAL, 1999.

BOISIER, S., L. LIRA, B. QUIROGA, G. ZURITA, e C. ROJAS. **“Sociedad Civil, Actores regionales y Desarrollo Regional.”** Caderno ILPES, 1995.

BOISIER, S., M. O. SMOLKA, e A. A. de BARROS. **“Desenvolvimento regional e urbano diferenciais de produtividade e salários industriais.”** Relatório de pesquisa IPEA/INPES, 1973: 151.

BOISIER, Sergio. **“Desarrollo (Local): ¿ De Qué Estamos Hablando.”** Estudios Sociales, 2001: 103.

BRASIL. **“Conselho Monetário Nacional.” Resolução 2.828 de 30 de março de 2001.** Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. 2001. [http://www.bcb.gov.br/Busca de Norma](http://www.bcb.gov.br/Busca%20de%20Norma) (acesso em 30 de Agosto de 2016).

BUARQUE, S. **“Metodología de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável.”** In: Desarrollo (Local): ¿ De Qué Estamos Hablando, por S. BOISIER. Estudios Sociales, 103, 1999.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930/1970.** Tese de Livre docência, Campinas: USP, 1981.

CARVALHO, J. O. de. **Desenvolvimento regional: um problema político.** Campina Grande: EDUEPB, 2014.

DICAPRIO, A. **The Role of Elites in Economic Development.** Oxford: Oxford University Press, 2012.

DINIZ, Clélio Campolina. **“Celso Furtado e o desenvolvimento regional.”** Nova economia 19, n. May/Sept. 2009 (2009).

FGV. **“Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930.”** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil . 2001. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE> (acesso em 16 de Novembro de 2016).

FOCHEZATTO, A. **“Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos.”** In: O ambiente regional, por O. et al CONCEIÇÃO. Porto Alegre: FEE, 2010.

GRYNSZPAN, M. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HEGEL, F. **Princípios da filosofia do direito.** Tradução: Orlando Victorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HIRSCHMAN, A. **The Strategy of Economic Development.** New Haven: Yale University Press, 1958.

ILPES. **“Manual de Desarrollo Local.”** Digital Repository. 1998. <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/31130> (acesso em 15 de Agosto de 2016).

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), , 1983.

KRAKER, J. de, J. CORVERS, P. VALKERING, M. HERMANS, e J. RIKERS. **“Learning for sustainable regional development: towards learning.”** Journal of Cleaner Production, 2013: 114-122.

LEWIS, W A. **A Teoria do Desenvolvimento** Econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LLORENS, F. A. “**El proceso de construcción social del territorio para el desarrollo económico local.**” Digital Repository CEPAL. 17 de Fevereiro de 1997. <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/30782> (acesso em 15 de Agosto de 16).

LOBO, R. **Memória da Administração Pública Brasileira.** 24 de Setembro de 2012. <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3820> (acesso em 27 de Setembro de 2016).

LUCAS, R. “**On the mechanics of economic development.**” *Journal of Monetary Economics*, 1988, 22 ed.: 3-42.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia: tratado introdutório.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTOS, C. A. de. “**Estrategias de Desarrollo Regional Polarizado en La Planificación Nacional en América Latina.**” *Planificación Regional de Desarrollo*, 13 de Dezembro de 1974.

—. “**La Planificación Regional a Escala Nacional.**” Programa de Capacitación - ILPES, 1976.

MILLS, C. W. **A Elite do Poder.** 2ª. Tradução: Waltesir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

OREIRO, J. L. “**Progreso tecnológico, crecimiento econômico e as diferenças internacionais nas taxas de crescimento da renda per capita. Uma crítica aos modelos neoclássicos de crescimento.**” *Economia e Sociedade*, 1999: 42-67.

PERISSINOTTO, R., e A.. CODATO. **Como estudar elites.** Curitiba: UFPR, 2015.

PREBISH, R. “**O desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas.**” *Revista Brasileira de Economia Política*, 1949.

RIBEIRO, P. A. N. “**Agências de Fomento – Ambientes Institucional, Legal e Operacional.**” *Desenbahia*, 2002.

ROBINSON, J. A. **Elites and Institutional Persistence.** Helsinki: WIDER Working Paper , 2010.

ROMER, P. M. “**Origins of Endogenous Growth.**” *Journal of Economic Perspectives*, 1994.

—. “**Endogenous Technological change.**” *The journal of Political Economy*, 1990: 71-102.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. **“Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental.”** *In*: A economia do Subdesenvolvimento, por A. N. AGARWALA, 254. New York: Oxford University Press, 1969.

SILVA FILHO, G. E. da, e E. B. S. CARVALHO. **“A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em um Cenário Pós-Cepalino.”** *Revista Econômica do Nordeste*, Novembro de 2001: 467-482.

SOLOW, R. M. **“A Contribution to the Theory of Economic Growth.”** *The Quarterly Journal of Economics*, 1956: 65-94.

SOUZA, Q., e C. O. QUANDT. **“Metodologia de Análise das Redes Sociais.”** *In*: O Tempo das Redes, por F. DUARTE, C. O. QUANDT e Q. (Orgs) SOUZA, 31-63. São Paulo: Perspectiva, 2008.

STOHR, W. **“Subsidiariedad: un nuevo concepto clave para la política de desarrollo regional.”** *In*: Instituciones y Actores del Desarrollo Territorial en el Marco de la Globalización, por CEPAL, 299-320. Universidad del Bío-Bío. Centro de Estudios Urbano Regionales, 1999.

VASCONCELLOS, M A, A. P. GREMAUD, e R TONETO JR. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Atlas, 1999.

ANEXOS

Anexo 1 – Tabela de Arestas do Grafo

Source	Target	Type	id	label	timeset	weight
2	1	Directed	0			1.0
2	55	Directed	1			1.0
2	45	Directed	2			1.0
3	1	Directed	3			1.0
3	45	Directed	4			1.0
3	55	Directed	5			1.0
4	1	Directed	6			1.0
4	46	Directed	7			1.0
5	1	Directed	8			1.0
5	72	Directed	9			1.0
5	47	Directed	10			1.0
6	1	Directed	11			1.0
6	45	Directed	12			1.0
7	1	Directed	13			1.0
7	45	Directed	14			1.0
8	1	Directed	15			1.0
8	58	Directed	16			1.0
9	1	Directed	17			1.0
9	45	Directed	18			1.0
10	1	Directed	19			1.0
10	45	Directed	20			1.0
11	1	Directed	21			1.0
11	72	Directed	22			1.0
12	1	Directed	23			1.0
12	45	Directed	24			1.0
13	1	Directed	25			1.0
14	1	Directed	26			1.0
15	1	Directed	27			1.0
16	1	Directed	28			1.0
17	1	Directed	29			1.0
18	15	Directed	30			1.0
18	73	Directed	31			1.0
18	54	Directed	32			1.0
18	58	Directed	33			1.0
18	56	Directed	34			1.0
18	57	Directed	35			1.0
19	15	Directed	36			1.0
19	49	Directed	37			1.0
20	50	Directed	38			1.0
20	45	Directed	39			1.0
20	15	Directed	40			1.0
21	14	Directed	41			1.0
21	59	Directed	42			1.0
22	14	Directed	43			1.0
22	60	Directed	44			1.0
23	14	Directed	45			1.0
23	45	Directed	46			1.0
23	61	Directed	47			1.0
24	14	Directed	48			1.0
24	51	Directed	49			1.0
24	61	Directed	50			1.0

Source	Target	Type	id	label	timeset	weight
25	14	Directed	51			1.0
25	62	Directed	52			1.0
26	14	Directed	53			1.0
26	63	Directed	54			1.0
26	52	Directed	55			1.0
27	14	Directed	56			1.0
27	64	Directed	57			1.0
28	14	Directed	58			1.0
28	62	Directed	59			1.0
28	53	Directed	60			1.0
29	14	Directed	61			1.0
29	48	Directed	62			1.0
29	65	Directed	63			1.0
30	14	Directed	64			1.0
30	66	Directed	65			1.0
31	16	Directed	66			1.0
31	62	Directed	67			1.0
31	67	Directed	68			1.0
31	68	Directed	69			1.0
32	16	Directed	70			1.0
32	69	Directed	71			1.0
33	16	Directed	72			1.0
33	62	Directed	73			1.0
34	16	Directed	74			1.0
34	59	Directed	75			1.0
35	17	Directed	76			1.0
35	70	Directed	77			1.0
36	17	Directed	78			1.0
36	45	Directed	79			1.0
36	71	Directed	80			1.0
37	17	Directed	81			1.0
37	45	Directed	82			1.0
37	71	Directed	83			1.0
38	17	Directed	84			1.0
38	58	Directed	85			1.0
39	17	Directed	86			1.0
39	71	Directed	87			1.0
40	17	Directed	88			1.0
40	45	Directed	89			1.0
40	62	Directed	90			1.0
41	17	Directed	91			1.0
41	45	Directed	92			1.0
42	17	Directed	93			1.0
42	71	Directed	94			1.0
43	17	Directed	95			1.0
43	71	Directed	96			1.0
44	17	Directed	97			1.0
44	45	Directed	98			1.0
44	71	Directed	99			1.0

Anexo 2 – Tabela de Nós do Grafo

id	label	clustering	eigencentality	eccentricity	closnesscentrality	harmonicclosnesscentrality	betweenesscentrality	componentnumber
1	FOMENTO	0.0	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0
2	GOV.	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
3	DIR.	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
4	DIR. ADM	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
5	DIR. JUR	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
6	DIR. OP	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
7	DIR. S.PUB	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
8	DIR. S.PRI	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
9	S.AGRIC	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
10	SEFAZ	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
11	SEPCG	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
12	SEDU	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
13	C. CIVIL	0.0	0.0	1.0	1.0	1.0	0.0	0
14	FIEP	0.0	0.13310315979530737	1.0	1.0	1.0	10.0	0
15	FAEP	0.0	0.03993094793859221	1.0	1.0	1.0	3.0	0
16	FACIAP	0.0	0.05324126391812296	1.0	1.0	1.0	4.0	0
17	FECOMERCIO	0.0	0.13310315979530737	1.0	1.0	1.0	10.0	0
18	PRES. FAEP	0.0	0.0	2.0	0.875	0.9285714285714286	0.0	0
19	DIR. SECR	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
20	DIR. FIN	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
21	PRES. FIEP	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
22	VP. FIEP1	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
23	VP. FIEP2	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
24	VP. FIEP3	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
25	VP. FIEP4	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
26	VP. FIEP5	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
27	VP. FIEP6	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
28	VP. FIEP7	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
29	VP. FIEP8	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
30	VP. FIEP9	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
31	PRES. FACIAP	0.0	0.0	2.0	0.8333333333333334	0.9	0.0	0
32	VP. FACIAP1	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
33	VP. FACIAP2	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0

strongcompnum	modularity_class	indegree	outdegree	degree	weighted indegree	weighted outdegree	weighted degree
0	0	16	0	16	16.0	0.0	16.0
3	0	0	3	3	0.0	3.0	3.0
4	0	0	3	3	0.0	3.0	3.0
6	0	0	2	2	0.0	2.0	2.0
9	1	0	3	3	0.0	3.0	3.0
10	0	0	2	2	0.0	2.0	2.0
11	0	0	2	2	0.0	2.0	2.0
13	2	0	2	2	0.0	2.0	2.0
14	0	0	2	2	0.0	2.0	2.0
15	0	0	2	2	0.0	2.0	2.0
16	1	0	2	2	0.0	2.0	2.0
17	0	0	2	2	0.0	2.0	2.0
18	0	0	1	1	0.0	1.0	1.0
19	3	10	1	11	10.0	1.0	11.0
20	2	3	1	4	3.0	1.0	4.0
21	4	4	1	5	4.0	1.0	5.0
22	5	10	1	11	10.0	1.0	11.0
27	2	0	6	6	0.0	6.0	6.0
29	2	0	2	2	0.0	2.0	2.0
31	2	0	3	3	0.0	3.0	3.0
33	4	0	2	2	0.0	2.0	2.0
35	3	0	2	2	0.0	2.0	2.0
37	3	0	3	3	0.0	3.0	3.0
39	3	0	3	3	0.0	3.0	3.0
41	4	0	2	2	0.0	2.0	2.0
44	3	0	3	3	0.0	3.0	3.0
46	3	0	2	2	0.0	2.0	2.0
48	4	0	3	3	0.0	3.0	3.0
51	3	0	3	3	0.0	3.0	3.0
53	3	0	2	2	0.0	2.0	2.0
56	4	0	4	4	0.0	4.0	4.0
58	4	0	2	2	0.0	2.0	2.0
59	4	0	2	2	0.0	2.0	2.0

id	label	clustering	eigencentality	eccentricity	closnesscentrality	harmonicclosnesscentrality	betweenesscentrality	componentnumber
34	VP. FACIAP3	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
35	PRES. FECOM.	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
36	VP. FECOM1	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
37	VP. FECOM2	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
38	VP. FECOM3	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
39	VP. FECOM4	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
40	VP. FECOM5	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
41	VP. FECOM6	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
42	VP. FECOM7	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
43	VP. FECOM8	0.0	0.0	2.0	0.75	0.8333333333333334	0.0	0
44	VP. FECOM9	0.0	0.0	2.0	0.8	0.875	0.0	0
45	PSDB	0.0	0.18634442371343035	0.0	0.0	0.0	0.0	0
46	PTB	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
47	PTN	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
48	OUTROS	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
49	DEM	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
50	PMDB	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
51	PT	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
52	PDT	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
53	PSD	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
54	CANA	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
55	ADM. BENS	0.0	0.02662063195906148	0.0	0.0	0.0	0.0	0
56	IND. ACUC	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
57	ARMAZ	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
58	IMOBIL.	0.0	0.03993094793859221	0.0	0.0	0.0	0.0	0
59	TEXTIL	0.0	0.02662063195906148	0.0	0.0	0.0	0.0	0
60	GRAFICA	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
61	METALURGIA	0.0	0.02662063195906148	0.0	0.0	0.0	0.0	0
62	CONST. CIVIL	0.0	0.06655157989765369	0.0	0.0	0.0	0.0	0
63	TELEFONIA	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
64	MADEIRA	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
65	ETANOL	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
66	LATICINIOS	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
67	SOJA	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
68	MOVEIS	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
69	FERTILIZANTES	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
70	CONSULTORIA	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0
71	COMERCIO	0.0	0.07986189587718442	0.0	0.0	0.0	0.0	0
72	ADVOCACIA	0.0	0.02662063195906148	0.0	0.0	0.0	0.0	0
73	HOLDINGS	0.0	0.01331031597953074	0.0	0.0	0.0	0.0	0

strongcompnum	modularity_class	indegree	outdegree	degree	weighted indegree	weighted outdegree	weighted degree
60	4	0	2	2	0.0	2.0	2.0
62	5	0	2	2	0.0	2.0	2.0
64	5	0	3	3	0.0	3.0	3.0
65	5	0	3	3	0.0	3.0	3.0
66	2	0	2	2	0.0	2.0	2.0
67	5	0	2	2	0.0	2.0	2.0
68	4	0	3	3	0.0	3.0	3.0
69	5	0	2	2	0.0	2.0	2.0
70	5	0	2	2	0.0	2.0	2.0
71	5	0	2	2	0.0	2.0	2.0
72	5	0	3	3	0.0	3.0	3.0
1	0	14	0	14	14.0	0.0	14.0
5	0	1	0	1	1.0	0.0	1.0
7	1	1	0	1	1.0	0.0	1.0
50	3	1	0	1	1.0	0.0	1.0
28	2	1	0	1	1.0	0.0	1.0
30	2	1	0	1	1.0	0.0	1.0
38	3	1	0	1	1.0	0.0	1.0
42	3	1	0	1	1.0	0.0	1.0
47	4	1	0	1	1.0	0.0	1.0
25	2	1	0	1	1.0	0.0	1.0
2	0	2	0	2	2.0	0.0	2.0
24	2	1	0	1	1.0	0.0	1.0
23	2	1	0	1	1.0	0.0	1.0
12	2	3	0	3	3.0	0.0	3.0
32	4	2	0	2	2.0	0.0	2.0
34	3	1	0	1	1.0	0.0	1.0
36	3	2	0	2	2.0	0.0	2.0
40	4	5	0	5	5.0	0.0	5.0
43	3	1	0	1	1.0	0.0	1.0
45	3	1	0	1	1.0	0.0	1.0
49	3	1	0	1	1.0	0.0	1.0
52	3	1	0	1	1.0	0.0	1.0
55	4	1	0	1	1.0	0.0	1.0
54	4	1	0	1	1.0	0.0	1.0
57	4	1	0	1	1.0	0.0	1.0
61	5	1	0	1	1.0	0.0	1.0
63	5	6	0	6	6.0	0.0	6.0
8	1	2	0	2	2.0	0.0	2.0
26	2	1	0	1	1.0	0.0	1.0